

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade (CPDA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura**

**Área Temática: Reforma Agrária
Período de Análise: janeiro de 2010.**

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da Abag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Revista Globo Rural
Revista Isto É Dinheiro Rural

Índice

Ministério inclui Cosan na "lista suja" do trabalho escravo – Angela Pinho e Eduardo Scolese – Folha de São Paulo – Dinheiro – 01/01/2010.....	4
Empresa não se manifesta – Folha de São Paulo – Dinheiro – 01/01/2010	5
Resistência se inspira no MST e recebe apoio de ministérios – Folha de São Paulo – Ciências – 03/01/2009	5
Sequestro de CO2 encara falta de dinheiro – Breno Costa – Folha de São Paulo – Ciência – 04/01/2010.....	6
O suposto decreto dos direitos humanos prega um golpe na justiça e extingue a propriedade privada no campo e nas cidades. Está no texto. Basta ler!!! – Sítio Eletrônico da CNA – 07/01/2010	7
Sem-terra já lançam candidatos a deputado – José Maria Tomazela e Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Nacional – 7/01/2010.....	11
Liminar retira Cosan da "lista suja" do trabalho escravo – Cirilo Junior – Folha de São Paulo – Dinheiro – 09/01/2010.....	13
BNDES revoga suspensão de financiamento à Cosan – Cirilo Junior – Folha de São Paulo – Dinheiro – 12/01/2010.....	14
Brasil terá segunda desapropriação por danos ambientais – Sítio eletrônico do MST – 12/01/2010	14
Marcada para morrer – Reportagem da Caros Amigos – Sítio eletrônico do MST – 25/01/2010.....	15
MST fará campanha contra Serra, diz Stedile – Ana Flor e Graciliano Rocha – Folha de São Paulo – Brasil – 26/01/2010	19
Polícia Civil prende 9 ligados ao MST no interior paulista – Sítio Eletrônico da CNA – 27/01/2010	20
Licitação de R\$ 100 mi visa regularizar terra na Amazônia – Sítio Eletrônico da CNA – 27/01/2010	22
Sudeste tem mais trabalhadores em regime de escravidão – Sítio Eletrônico da CNA- 27/01/2010	24
Polícia Civil prende 9 ligados ao MST no interior paulista – Estado de São Paulo – Nacional – 27/01/2010	25
Trabalho escravo: 9 pessoas condenadas em Marabá – Sítio Eletrônico do MST – 27/01/2010.....	27
Mais de 3,5 mil trabalhadores (as) rurais foram resgatados do trabalho escravo em 2009 – sítio eletrônico da CONTAG - 28/01/2010	28
PT e MST protestam contra prisões – Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Nacional – 28/01/2010	28
Fita revela ação planejada do MST, diz polícia _ Maurício Simionato – Folha de São Paulo – Brasil – 28/01/2010	29
SETE QUE TIVERAM PRISÃO DECRETADA HÁ 2 MESES ESTÃO FORAGIDOS – Folha de São Paulo – Brasil – 28/01/2010	30
Quase a totalidade dos resgatados em situação de trabalho escravo estão no campo – sítio eletrônico da CONTAG – 29/11/2010.....	31

MST nas malhas da lei – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 29/01/2010 .	32
Cutrale diz que é seu o material apreendido com sem-terra – Maurício Simionato – folha de São Paulo – Brasil – 29/01/2010	33
Líder do MST que incitou destruição em SP negociou convênios de R\$ 222 mil Incra, que deu o dinheiro, não aprovou prestação de contas de Serpa – O Globo – Nacional – 29/01/2009	34
Três sem-terra são presos em SC acusados de planejar invasões – Folha de São Paulo – Brasil – 30/01/2010	35
Invasor do MST recebeu R\$ 13 milhões do INCRA – O Globo – Nacional – 30/01/2010.....	35
MST e CUT Vão intensificar ações até junho – Tiago Décimo – Estado de São Paulo – Nacional – 31/01/2010	36

Ministério inclui Cosan na "lista suja" do trabalho escravo – Angela Pinho e Eduardo Scolese – Folha de São Paulo – Dinheiro – 01/01/2010

Maior empresa sucroalcooleira do país pode ficar sem aportes de instituições como o BNDES

Relação do governo traz nomes de empresas onde foram flagradas situações degradantes de trabalho; Cosan não quis comentar

Gigante do setor sucroalcooleiro e proprietário no país das marcas Esso, União e Mobil, o grupo Cosan foi incluído pelo governo federal na chamada "lista suja" do trabalho escravo, atualizada ontem pelo Ministério do Trabalho. A "lista suja", atualizada a cada seis meses, é uma forma de divulgar proprietários rurais e empresas que tenham sido flagrados com empregados em situação análoga à de escravo.

A inclusão desses empregadores, segundo portaria do ministério, ocorre somente após o encerramento do processo administrativo -sem mais chances de recurso nessa esfera, o que não inclui o Judiciário. No caso da Cosan, fundada em 1936 e considerada a maior do setor sucroalcooleiro no Brasil, o flagrante dos fiscais do ministério ocorreu em 2007. Na ocasião, 42 trabalhadores foram resgatados na usina Junqueira, em Igarapava, extremo norte paulista, região forte no setor sucroalcooleiro. "A Junqueira é considerada uma unidade estratégica para a Cosan devido à excelência do solo para o cultivo da cana-de-açúcar", diz texto na página da Cosan na internet. Essa usina tem uma capacidade diária de moagem de 16 mil toneladas. No Brasil, a Cosan é proprietária de marcas famosas, como a de lubrificantes Mobil, as de açúcar União e Da Barra e a da rede de postos de combustíveis Esso, comprada em 2008 por cerca de US\$ 1 bilhão. Na área sucroalcooleira, conta hoje com 23 usinas, quatro refinarias e dois terminais portuários. Tem capacidade de moagem de 60 milhões de toneladas por safra (concentra, segundo ela, cerca de 10% do mercado nacional). Além da exposição negativa, a inclusão nessa lista pode trazer prejuízos financeiros à empresa. O BNDES, por exemplo, afirma que não faz aportes àquelas incluídas na "lista suja". Em junho, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social aprovou um volume de R\$ 635 milhões para a construção de uma usina no interior de Goiás. Ontem, além da Cosan, 11 empregadores foram incluídos na "lista suja" do ministério. Caso não consigam liminares na Justiça, terão seus nomes na lista pelos próximos dois anos, mesmo se sanarem as irregularidades flagradas. Entre 1995 e meados de dezembro de 2009, fiscais do ministério realizaram 915 operações em busca de trabalhadores em situação degradante. Nesse período, 2.485 propriedades foram inspecionadas, com um saldo de 36.169 trabalhadores resgatados. O trabalhador é resgatado quando é localizado em situação de trabalho escravo: em péssimas condições de higiene e alimentação, submetidos a jornadas exaustivas e, em alguns casos, na chamada "servidão por dívida" -quando são obrigados a adquirir alimentos e equipamentos de trabalho com o próprio empregador, acumulando dívidas e, sem condições de quitá-las, presos a essa realidade. Quase sempre são contratados por "gatos", como são conhecidos os aliciadores desse tipo de mão de obra.

Empresa não se manifesta – Folha de São Paulo – Dinheiro – 01/01/2010

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Procurado ontem por meio de sua assessoria de imprensa e informado sobre o teor da reportagem, o grupo Cosan não quis se manifestar. Em nota à Folha em 2008, a respeito do resgate em Igarapava (SP) de 42 trabalhadores em regime análogo ao da escravidão, a Cosan afirmou que havia assinado um termo de ajustamento de conduta com o Ministério Público. Em sua página na internet, a empresa diz que segue a legislação e "acredita nos talentos empregados em suas usinas". "A Cosan (...) mantém todos os seus colaboradores com contratos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)", diz o texto da empresa.

Resistência se inspira no MST e recebe apoio de ministérios – Folha de São Paulo – Ciências – 03/01/2009

Para convencer os quilombolas a não deixarem suas terras, há dez anos foi criado o Mabe (Movimento dos Atingidos pela Base Espacial). Desde a fundação, os coordenadores fazem seminários nas comunidades quilombolas -Alcântara tem por volta de 150. A **Folha** acompanhou um dos eventos. A inspiração, diz Sérvulo Borges, o Borjão, líder do Mabe, são as oficinas que o MST faz com os seus membros. "O MST é um grande parceiro, inclusive em formação política."

Falando para 50 pessoas, outro participante questionou se é justo que "esses empresários [a ACS] ganhem dinheiro às nossas custas". "Estamos em guerra", disse Borjão aos quilombolas que assistiam.

Dois

lados

O material do evento vem com os logotipos da Secretaria Especial dos Direitos Humanos e do governo federal. Questionado sobre como o movimento consegue se bancar, Borjão afirma que conta com a ajuda de Brasília. Ele divide o governo em duas metades: a que apoia os projetos do Mabe (ministérios da Cultura, do Meio Ambiente, do Desenvolvimento Agrário) e a que não é amigável (ministérios da Defesa e da Ciência e Tecnologia). Os mais novos são incentivados pelo Mabe a estudar. Borjão lamenta o fato de os jovens das comunidades quilombolas receberem ensino básico tão ruim. Por isso, afirma ele, não conseguiu preencher as vagas que tinha conseguido via MST para enviar estudantes para Cuba e Venezuela. Um deles, entretanto, foi mandado para Goiás, por meio da Via Campesina, para cursar direito. No seminário, um dos que falam ao microfone diz aos jovens: "Se você quer ter algo, se quer ter emprego, precisa estudar". Em seguida, outro discorda: "Quem disse que devemos procurar patrão? Quem disse que devemos trabalhar para eles [se referindo ao Centro de Lançamentos de Alcântara]?" Carlos Ganem, presidente da AEB, tem procurado reverter a resistência quilombola com um discurso de inclusão social. "Desenvolvendo o setor aeroespacial você não promove só o desenvolvimento técnico e tecnológico", diz. "Você proporciona um extraordinário

mecanismo de alavancagem social, cultural, educacional, turística e comercial também, para chegar ao espacial." (RM)

Sequestro de CO2 encara falta de dinheiro – Breno Costa – Folha de São Paulo – Ciência – 04/01/2010

Sem atrair investimento privado, projetos brasileiros testados com sucesso não ganham escala fora das universidades. Para cientistas, ausência de marco regulatório e de uma legislação ambiental mais dura atrapalham captação de recursos com empresas.

Visto como um dos principais meios de contenção do aquecimento global, projetos de sequestro de CO2 ganham corpo nos laboratórios de universidades brasileiras, mas ainda enfrentam ausência de "feedback" do poder público e de investimentos privados. A **Folha** localizou com o CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) ao menos 39 projetos de pesquisa em andamento em 18 instituições brasileiras, com desenvolvimento de novos mecanismos para o sequestro de carbono. Ainda não há, porém, aplicação em larga escala de tecnologia criada nessas universidades. Os mecanismos são testados, com sucesso, nos laboratórios. Mas, para escalas maiores, é preciso muito mais dinheiro. No momento, os projetos mais promissores vêm da Petrobras, que passou a financiar, há três anos, a Rede Temática de Sequestro de Carbono e Mudanças Climáticas. Um centro de excelência na área foi criado no Rio Grande do Sul a partir dos recursos da estatal. Apesar de os investimentos serem uma obrigação contratual decorrente da exploração do petróleo, a estatal é, de longe, que mais financia pesquisas. Diz já ter investido R\$ 30 milhões (leia texto ao lado). A cientista da UFRJ Ofélia Araújo, que desenvolve mecanismos de captura de CO2 por microalgas, diz que o caminho para um maior investimento privado em pesquisas passa por um endurecimento da legislação ambiental, que "incentive" mais financiamento. Outra tentativa foi feita pela Capes, outro órgão de fomento a pesquisadores, ao lançar, em 2008, um edital baseado em renúncia fiscal por parte de empresas. Mas não teve sucesso. Segundo Ofélia, "pouquíssimas" empresas aderiram. "O que precisa ser mudado é a mentalidade empresarial no Brasil. Só a Petrobras tem essa mentalidade de pesquisa. Outras querem, mas não muito. Elas precisam entrar com mais vontade, e isso vai decorrer de uma exigência do governo."

Marco regulatório

Um outro ponto, que passa pelo governo, é levantado pelo gestor da Rede Temática de Sequestro de Carbono, Marco Ziliotto. A viabilidade do processo de sequestro de carbono, diz, depende da definição de um marco regulatório para o processo de armazenamento.

Sabe-se que aquíferos salinos, no fundo dos oceanos, são um dos meios possíveis de armazenamento. Mas, hoje, ninguém pode enterrar carbono no subsolo porque não há legislação específica para isso. Uma regulação resolveria problemas que vão desde parâmetros de segurança até os

royalties a serem pagos aos territórios afetados. A Austrália já tem legislação a respeito. "Como é um processo muito caro, ninguém quer ser obrigado a fazer. Se eu for obrigado, eu quero que as regras estejam claras e que eu possa até tirar um benefício disso", afirma Marco Ziliotto, sugerindo a conversão do armazenamento em créditos de carbono.

O suposto decreto dos direitos humanos prega um golpe na justiça e extingue a propriedade privada no campo e nas cidades. Está no texto. Basta ler!!! – Sítio Eletrônico da CNA – 07/01/2010

Luiz Inácio Lula da Silva - sim, "O Cara" - resolveu fazer a sua própria Constituição. Ele assinou um decreto que tem o fedor de um golpe de estado branco. E não falta ao texto nem mesmo o AI-5 do lulo-petismo. Está anunciando uma espécie de programa de governo de Dilma Rousseff. Explico com um pouquinho de história.

O Regime Militar instituído em 1964 foi mais explícito e mais modesto. Por intermédio do Ato Institucional nº 4, concedeu ao Congresso - já expurgado dos "indesejáveis" - poderes constituintes e "cobrou" uma nova Constituição, que entrou em vigor em março de 1967. Seu objetivo era institucionalizar os marcos da "revolução". Em 13 de dezembro do ano seguinte, viria o famigerado AI-5. Juntado à Carta, ele suspendia, a depender da vontade do governo, algumas garantias que ela própria, embora autoritária, assegurava. Lula preferiu fazer a sua "miniconstituinte" por meio de um decreto. Refiro-me àquela estrovenga chamada Programa Nacional dos Direitos Humanos (o nome é pura "novilíngua" orwelliana), consubstanciado no decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009. É aquela peça tramada por Dilma Rousseff, Franklin Martins, Paulo Vannuchi e Tarso Genro, sob as bênçãos de Lula, que tenta revogar a Lei da Anistia e que gerou uma crise militar.

Ocorre, meus caros, que esse dado do decreto, acreditem!, está longe de ser a sua pior parte. A íntegra do documento está aqui. Vazado numa linguagem militante, que manda o saber jurídico às favas em benefício do mais escancarado, chulo e asqueroso proselitismo, o texto busca cantar as glórias do "novo regime" - o lulo-petismo -, tenta institucionalizar a patrulha ideológica no país como matéria de formação da cidadania, extingue o direito de propriedade e, POR QUE NÃO?, NO MELHOR MODELO CHAVISTA, CRIA UM OUTRO PODER ACIMA DA JUSTIÇA. Os direitos humanos, assim, são apenas a aparência civilizada de um claro, óbvio e insofismável esbulho constitucional.

É PRECISO QUE SE DIGA COM CLAREZA: O DECRETO 7.037 É UM CONVITE À INSTITUCIONALIZAÇÃO DE UMA ESPÉCIE DE "ESTADO NOVO LULISTA" - OU DE DITADURA DOS COMPANHEIROS. E NÃO É ASSIM PORQUE EU QUERO. É ASSIM PORQUE ASSIM ESTÁ NO TEXTO.

O decreto tem todas as características da ação solerte, traiçoeira. Foi redigido para enganar, para burlar as regras do estado democrático. Está cheio de cartas na manga, de malandragens, de vigarices intelectuais. Em modestos 6.465 caracteres, quase nada, ele "Aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH-3 - e dá outras providências". Ocorre que tudo deve ser feito de acordo com o que está no "anexo". E é lá que mora o perigo. Em extensíssimos 185.142 caracteres, a mistificação dá as mãos à ilegalidade para deixar registrado em papel o "golpe lulista". Muito já se

falou sobre a revisão da Lei da Anistia. Não que o documento toque no assunto. Trapaceiro, especifica na “Diretriz 25”:

Modernização da legislação relacionada com promoção do direito à memória e à verdade, fortalecendo a democracia.

Objetivo Estratégico I:

Suprimir do ordenamento jurídico brasileiro eventuais normas remanescentes de períodos de exceção que afrontem os compromissos internacionais e os preceitos constitucionais sobre Direitos Humanos.

Ações Programáticas:

a) Criar grupo de trabalho para acompanhar, discutir e articular, com o Congresso Nacional, iniciativas de legislação propondo:
- revogação de leis remanescentes do período 1964-1985 que sejam contrárias à garantia dos Direitos Humanos ou tenham dado sustentação a graves violações;

- revisão de propostas legislativas envolvendo retrocessos na garantia dos Direitos Humanos em geral e no direito à memória e à verdade.
Responsáveis: Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República; Ministério da Justiça; Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República.

Antes, na Diretriz 23, fica claro que os terroristas de esquerda estão fora do alcance do decreto, a saber:

Reconhecimento da memória e da verdade como Direito Humano da cidadania e dever do Estado.

Objetivo Estratégico I:

Promover a apuração e o esclarecimento público das violações de Direitos Humanos praticadas no contexto da repressão política ocorrida no Brasil no período fixado pelo art. 8º do ADCT da Constituição, a fim de efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional.

Ação Programática:

a) Designar grupo de trabalho composto por representantes da Casa Civil, do Ministério da Justiça, do Ministério da Defesa e da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, para elaborar, até abril de 2010, projeto de lei que institua Comissão Nacional da Verdade, composta de forma plural e suprapartidária, com mandato e prazo definidos, para examinar as violações de Direitos Humanos praticadas no contexto da repressão política no período mencionado...

AGORA, O QUE AINDA NÃO ESTAVA CLARO

Isso tudo vocês já sabiam. Como sabem que essas duas “diretrizes” violam os incisos XXXVI, XXXVII, XXXIX e XL do Artigo 5º da Constituição, conforme deixei claro no texto **TERRORISTA CAÇA TORTURADOR? EM NOME DO QUÊ?** Vamos agora àquilo que quase ninguém sabe (**LULA SEMPRE SOUBE DE TUDO**) porque, entre a celebração de Natal e de Ano Novo, poucos se lembraram de pôr os olhos naquela porcaria. Leiam com atenção o que se chama de “Objetivo estratégico VI”:

Acesso à Justiça no campo e na cidade.

Ações programáticas:

- a) Assegurar a criação de marco legal para a prevenção e mediação de conflitos fundiários urbanos, garantindo o devido processo legal e a função social da propriedade.
Responsáveis: Ministério da Justiça; Ministério das Cidades

- b) Propor projeto de lei voltado a regulamentar o cumprimento de mandados de reintegração de posse ou correlatos, garantindo a observância do respeito aos Direitos Humanos.

Responsáveis: Ministério da Justiça; Ministério das Cidades; Ministério do Desenvolvimento Agrário

- c) Promover o diálogo com o Poder Judiciário para a elaboração de procedimento para o enfrentamento de casos de conflitos fundiários coletivos urbanos e rurais.

Responsáveis: Ministério das Cidades; Ministério da Justiça; Ministério do Desenvolvimento Agrário

- d) Propor projeto de lei para institucionalizar a utilização da mediação como ato inicial das demandas de conflitos agrários e urbanos, priorizando a realização de audiência coletiva com os envolvidos, com a presença do Ministério Público, do poder público local, órgãos públicos especializados e Polícia Militar, como medida preliminar à avaliação da concessão de medidas liminares, sem prejuízo de outros meios institucionais para solução de conflitos.

Responsáveis: Ministério do Desenvolvimento Agrário; Ministério da Justiça

Como se nota, na prática, foram tornados sem efeito tanto o caput como o inciso XXII do Artigo 5º da Constituição, que asseguram o direito de propriedade. Os lulopetralhas vão argumentar que o inciso seguinte, o XXIII, trata da “função social da propriedade. É verdade. Mas, em nenhum momento, isso implica que os “movimentos sociais” definam o que é e o que não é legal, o que é e o que não é aceitável. O modelo exposto acima, se querem saber, é o que vige hoje no Pará, com seu ciclo interminável de violência. O que o texto faz é criar uma instância que tira das mãos do Judiciário a prerrogativa de restaurar um direito que foi agravado. A rigor, o “manto” dos “direitos humanos” extingue a propriedade. Um juiz não poderia mais determinar que a propriedade invadida fosse devolvida ao dono. A SIMPLES INVASÃO JÁ MUDARIA O STATUS JURÍDICO DA ÁREA. A má-fé jurídica resta ali evidente. Aquele que tiver a sua propriedade invadida terá de esperar o trabalho de “mediação”, que claramente se sobrepõe à Justiça, tolhendo a sua prerrogativa de determinar a reintegração de posse. É EVIDENTE QUE SE TRATA DE UM ATENTADO À JUSTIÇA E DE UMA VIOLAÇÃO À CONSTITUIÇÃO.

Num trecho chamado “Eixo Orientador II”, lê-se:

No caso do Brasil, por muitos anos o crescimento econômico não levou à distribuição justa de renda e riqueza, mantendo-se elevados índices de desigualdade. As ações de Estado voltadas para a conquista da igualdade socioeconômica requerem ainda políticas permanentes, de longa duração, para que se verifique a plena proteção e promoção dos Direitos Humanos. É necessário que o modelo de desenvolvimento econômico tenha a preocupação de aperfeiçoar os mecanismos de distribuição de renda e de oportunidades para todos os brasileiros, bem como incorpore os valores de preservação ambiental. Os debates sobre as mudanças climáticas e o aquecimento global, gerados pela preocupação com a maneira com que os países vêm explorando os recursos naturais e direcionando o progresso civilizatório, está na agenda do dia. Esta discussão coloca em questão os investimentos em infraestrutura e modelos de desenvolvimento econômico na área rural, baseados, em grande parte, no agronegócio, sem a preocupação com a potencial violação dos direitos de pequenos e médios agricultores e das populações tradicionais.

O desenvolvimento pode ser garantido se as pessoas forem protagonistas do processo, pressupondo a garantia de acesso de todos os indivíduos aos direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais, e incorporando a preocupação com a preservação e a sustentabilidade como eixos estruturantes de proposta renovada de progresso. Esses direitos têm como foco a distribuição da riqueza, dos bens e serviços.

Nunca antes na história destapeiz um “decreto” veio vazado nessa linguagem, com a clara satanização de um setor da economia - o agronegócio (justamente aquele que responde pela saúde econômica do Brasil) - e com essa sociologia de botequim, que repete a tara lulista dos marcos inaugurais. Qualquer pessoa medianamente informada sabe tratar-se de uma mentira cretina. Ao juntar no desfile de sandices a extinção da propriedade com os supostos problemas do aquecimento global, temos o verdadeiro samba-do-esquerdista-doido.

Pervertendo as crianças

Nada escapa ao decreto. As crianças também correm riscos. Leiam outros trechos:

- Estabelecer critérios e indicadores de avaliação de publicações na temática de Direitos Humanos para o monitoramento da escolha de livros didáticos no sistema de ensino.

- Fomentar a realização de estudos, pesquisas e a implementação de projetos de extensão sobre o período do regime 1964-1985, bem como apoiar a produção de material didático, a organização de acervos históricos e a criação de centros de referências.

- Incentivar a inserção da temática dos Direitos Humanos nos programas das escolas de formação inicial e continuada dos membros das Forças Armadas.

- Inclusão da temática de Educação e Cultura em Direitos Humanos nas escolas de educação básica e em outras instituições formadoras. Parece-me que a proposta de patrulha ideológica, inclusive nas escolas militares, está feita. Reparem que o decreto estabelece até parte do conteúdo dos livros didáticos. Ainda não é o extremo da selvageria antidemocrática. No trecho seguinte, vemos os “soviets” tomando o lugar dos tribunais: “Estimular e ampliar experiências voltadas para a solução de conflitos por meio da mediação comunitária e dos Centros de Referência em Direitos Humanos, especialmente em áreas de baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e com dificuldades de acesso a serviços públicos.”

Concluindo

Um dos “eixos orientadores” do decreto é o “fortalecimento dos Direitos Humanos como instrumento transversal das políticas públicas e de interação democrática“. Essa conversa de “instrumento transversal” não passa de linguagem pseudo-acadêmica destinada a seduzir incautos. A “transversalidade” é a desculpa costumeira da empulhação de intelectuais mequetrefes para juntar alhos com bugalhos. O decreto que cria a tal Comissão da Verdade (?) mistura no mesmo texto medidas de proteção aos índios, aos gays, às mulheres, aos quilombolas e aos “profissionais do sexo”; pretende orientar a saúde, a educação, a cultura, a produção e a pesca artesanal (!); ataca o agronegócio, critica governos anteriores e canta as próprias glórias; tenta interferir nos livros didáticos, busca desmoralizar a Justiça e acena até com um novo padrão produtivo...

Muito dirão que quase tudo o que há naquela estrovenga depende de projeto de lei e que será o Congresso a dar a palavra final. E daí? O texto não se torna constitucional por isso. Ademais, dados os métodos de cooptação dessa gente, isso não significa uma garantia, mas um risco adicional.

E cumpre reiterar: o tal “decreto dos direitos humanos” (podem gargalhar), peça do mais rombudo revanchismo, passou pela Casa Civil. Dilma já está dizendo a que veio e o que pode vir.

Depois do “filho do Brasil”, eles querem nos oferecer a madrasta.

Fonte: Blog do Reinaldo Azevedo. Publicado em 07/01/2010.

Sem-terra já lançam candidatos a deputado – José Maria Tomazela e Roldão Arruda
– Estado de São Paulo – Nacional – 7/01/2010

Dos dez movimentos de luta pela terra que atuam no Estado de São Paulo, dois já decidiram lançar candidatos próprios às eleições de outubro.

O grupo liderado por José Rainha Júnior, dissidente do Movimento dos Sem-Terra (MST), anunciou a candidatura de Diolinda Alves de Souza, mulher dele, para a Assembleia Legislativa. Ela tem legenda garantida pelo PC do B. No oeste paulista, Diolinda fará dobradinha com o pré-candidato a deputado federal José Avelino Pereira, o Chinelo, do Movimento dos Agricultores Sem-Terra (Mast), com legenda do PSB.

Diolinda e José Avelino já foram candidatos há quatro anos. Ela obteve 13,6 mil votos para a Assembleia; ele conseguiu 22 mil, na tentativa frustrada de chegar à Câmara. Chinelo se destacou pela atuação no sindicalismo rural e teve uma breve militância no MST, antes de participar da organização do Mast. Já Diolinda foi uma das principais lideranças femininas do MST.

De acordo com Rainha, as candidaturas atendem a reclamos da massa de seguidores. “O processo eleitoral faz parte da cultura do nosso povo”, diz ele. “Eu não gosto de política partidária, mas a Diolinda se dispôs a participar e estamos trabalhando para elegê-la.” A presença direta de acampados e assentados da reforma agrária na cena política vem crescendo ano a ano. Ela é visível na região do Pontal do Paranapanema, que fica no extremo oeste do Estado, na divisa com o Paraná e Mato Grosso, e é o principal foco da reforma agrária paulista. Dos 32 municípios daquela região, 7 contam com vereadores eleitos com votos dos assentados e acampados. No total, são 13 vereadores.

A força dos assentamentos em Mirante do Paranapanema é tão forte que, nas eleições de 2008, a vereadora Maria Nazaré Montemor, do PSDB, cuja reeleição para um terceiro mandato era dada como certa, tentou voar mais alto: ser prefeita.

Perdeu, mas não desistiu da política.

Mirante tem 32 assentamentos.

Maria Nazaré, que vive em um deles com a família, pode voltar à política, disputando até uma vaga na Assembleia. Ela evita falar sobre o assunto, mas insiste: “É importante que o assentado tenha boa representação política.”

SONHO ANTIGO

A vaga na Assembleia é um sonho antigo. Agora o projeto do grupo capitaneado por Rainha é eleger Diolinda, que, além de ter participado da consolidação do movimento no Espírito Santo, onde nasceu, em regiões do Nordeste, liderou dezenas de invasões no Pontal. Por sua atuação na linha de frente da militância, foi presa duas vezes. Em uma delas ficou detida no Carandiru, na capital.

Na eleição anterior, ela concorreu pelo PT.

Mas, como o outro grupo do MST passou a controlar o partido em Teodoro Sampaio, cidade onde mora o casal, Diolinda migrou para o PC do B. “O partido é da base de apoio do Lula e vai estar com a Dilma para a Presidência”, justifica Rainha.

Em relação à campanha passada, ele diz que agora terá mais força porque conta com o apoio dos movimentos sindicais no campo. “O trabalhador da cana está com ela”, afirma.

O presidente nacional do Mast, Lino de Macedo, também afirma que ama a ideia de eleger a dobradinha Chinelo-Diolinda. “Estamos fazendo um trabalho de base nos acampamentos, mostrando que temos de defender, em São Paulo e em Brasília, os interesses dos sem-terra.”

A direção do MST proíbe seus dirigentes de se candidatarem a cargos eletivos, mas isso não impede o constante assédio dos partidos políticos. Gilmar Mauro, um dos principais líderes nacionais do movimento, foi convidado pelo PSOL para ser candidato à Câmara. Ele recusou, mas não deixou de manifestar sua simpatia pelo partido.

Segundo a assessoria de imprensa do MST, quem se candidata deve se afastar das instâncias de coordenação. ●

Ex-acampados se afastam do PT na hora de votar

A história das eleições recentes no Pontal tem duas curiosidades políticas. Uma delas é que o pessoal assentado mostra mais força política e maior grau de organização que os acampados. A segunda é que os assentados tendem a se afastar do MST e do PT.

Em 2008, dos 12 vereadores eleitos com votos de assentados, apenas um era do PT. O restante se dividia entre PSDB, DEM e outras siglas.

Segundo explicações dos vereadores, nos pequenos municípios a sigla pesa menos que nos grandes centros. “Os eleitores votam nas pessoas que conhecem”, diz José Eduardo de Moraes, presidente da Câmara de Teodoro Sampaio, do PV

Assentados ganham peso político no Pontal

Desde o início da década de 1990, o Pontal do Paranapanema tem concentrado a maior parte dos assentamentos da reforma agrária paulista. Das 10.200 famílias que já ganharam lotes em assentamentos rurais no Estado, 5.600 estão instalados naquela região. Em algumas cidades eles têm forte influência no comércio local e começam a ter peso na política.

Ossinais disso estão por toda parte. Em Teodoro Sampaio e Rosana, três dos nove vereadores de cada uma das Câmaras Municipais têm vínculos com a reforma agrária. Os eleitos pelos assentados detêm a presidência de quatro das sete Câmaras onde estão presentes.

O presidente da Câmara de Teodoro Sampaio, José Eduardo de Moraes, filiado ao PV, já foi dono de um lote de terra num dos 20 assentamentos espalhados pela zona rural do município. Anos atrás, ao decidir se mudar para a capital, devolveu o lote ao Instituto de Terras de São Paulo (Itesp), como determina a lei. Mas não se desligou dos assentados e, na volta à região, mesmo morando na área urbana, obteve apoio na disputa por um lugar na câmara.

Elegeu-se com 641 votos –4% do total de 15.687 eleitores, segundo o Tribunal Regional Eleitoral (TRE-SP).

NaopiniãodeMoraes,Teodoro Sampaio deve muito à reforma agrária. “Antigamente, tínhamos só grandes propriedades e pouca gente na zona rural. Com os assentamentos, que atraíram famílias do Paraná, a população voltou a crescer e o comércio melhorou”, diz ele.

Na Câmara, Moraes, assim como outros vereadores saídos de assentamentos, briga por melhorias nas estradas de acesso à zona rural, agroindústrias, escolas de mais qualidade, áreas esportivas para jovens.

Em Caiuá, o presidente da Câmara, Sebastião Alves da Silva, do PSDB, mora num assentamento a 30 quilômetros da cidade. Ele foi eleito com 460 votos, um estouro para o município de 3.939 eleitores. Antes de conseguir seu lote, ele passou dez anos acampado. “Meus três filhos nasceram debaixo da lona”, relembra.

Em Mirante do Paranapanema, na eleição passada o assentado Givaldo Ermenegildo Almeida, filiado ao DEM, foi eleito pela terceira vez. Teve 246 votos – bom número para um colégio de 13.780 eleitores.

Liminar retira Cosan da "lista suja" do trabalho escravo – Cirilo Junior – Folha de São Paulo – Dinheiro – 09/01/2010

Empresa consegue a exclusão do cadastro dos empregadores irregulares por meio do TRT

A Justiça concedeu ontem liminar que determina a retirada da Cosan da lista suja do Ministério do Trabalho. O juiz federal do Trabalho substituto Raul Gualberto Fernandes Kasper de Amorim acatou recurso da principal produtora do setor sucroalcooleiro do país e deu prazo de três dias para que a Cosan seja retirada da relação, sob pena de multa diária de R\$ 50 mil.

A empresa foi incluída na lista no último dia 31 de dezembro, em razão de uma fiscalização ocorrida em 2007, na qual 42 trabalhadores foram encontrados em condições semelhantes à de escravos, na usina Junqueira, em Igarapava, extremo norte de São Paulo.

A Cosan alega que a empresa José Luiz Bispo Colheita - ME, que prestava serviços na usina, era responsável pelos trabalhadores. Diz ainda que, assim que tomou conhecimento do fato, excluiu-a da sua lista de fornecedores. A Cosan disse que, na ocasião, pagou as despesas para regularizar os funcionários. Na decisão, o juiz da 10ª região do Tribunal Regional do Trabalho diz que "não há a inequívoca conclusão de que havia a redução dos trabalhadores à condição de escravos". A inclusão da Cosan na lista do Ministério do Trabalho fez com que o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) suspendesse operações com a empresa. O banco condicionou a retomada dos negócios à retirada da Cosan da relação. A companhia havia obtido crédito de R\$ 635,7 milhões junto ao BNDES em junho do ano passado.

O BNDES informou que a medida tem caráter preventivo. Quando a Cosan sair da lista, terá acesso novamente aos financiamentos. Empréstimos já aprovados, mas ainda não desembolsados, estão suspensos.

Empresas como a Shell pediram explicações à Cosan sobre a presença da empresa no cadastro do governo. O Walmart cancelou contratos com a empresa (leia texto acima). Segundo a Bloomberg, a BR Distribuidora também estudava impor "restrições" à companhia do setor sucroalcooleiro.

Ontem, o ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, defendeu a Cosan. "No meu entender houve exagero e erro", disse Stephanes sobre a inclusão da empresa na "lista suja" do governo. "Não há culpa da Cosan. Ela é signatária do acordo de boas práticas do setor e cumpre", afirmou. "O que houve foi um problema, há três anos, com terceirizados de um de seus fornecedores", disse.

BNDES revoga suspensão de financiamento à Cosan – Cirilo Junior – Folha de São Paulo – Dinheiro – 12/01/2010

O BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) revogou ontem decisão que suspendia operações com a Cosan, uma das principais produtoras de açúcar e álcool do país. A medida foi tomada após a empresa ser retirada da "lista suja" do trabalho escravo, do Ministério do Trabalho, por determinação judicial. O ministério cumpriu decisão do juiz federal do trabalho substituto Raul Gualberto Fernandes Kasper de Amorim, da 10ª região do Tribunal Regional do Trabalho, anunciada na sexta. Serão encaminhadas à AGU (Advocacia-Geral da União) as justificativas sobre a inclusão da Cosan na lista de empresas que mantêm trabalhadores em condições análogas à de escravidão, no recurso que será apresentado à Justiça do Trabalho. A empresa foi incluída na lista no dia 31 de dezembro, em função de uma fiscalização ocorrida em 2007, na qual 42 trabalhadores foram encontrados em condições semelhantes a de escravos, na usina Junqueira, em Igarapava, norte de São Paulo. A Cosan havia obtido crédito de R\$ 635,7 milhões do BNDES em junho do ano passado. O dinheiro foi direcionado para a construção da usina de produção de álcool combustível em Jataí (GO). Com capacidade para processar até 4 milhões de toneladas de cana-de-açúcar por safra, a usina está sendo finalizada e encontra-se em fase experimental de operação. Deve passar a produzir em escala comercial ainda neste semestre.

Brasil terá segunda desapropriação por danos ambientais – Sítio eletrônico do MST – 12/01/2010

12 de janeiro de 2010

Do Incra

O Incra vai desapropriar a fazenda Escalada do Norte, localizada no município de Rio Maria, no sudoeste do Pará, em razão de graves danos ambientais. Decreto publicado no Diário Oficial da União do dia 8/12 torna a propriedade de interesse social para fins de Reforma Agrária e autoriza o Instituto a promover a desapropriação do imóvel, que tem área total de 14,8 mil hectares e capacidade para assentamento de 290 famílias de trabalhadores rurais.

Esta é a segunda vez no Brasil que uma área é declarada para fins de reforma agrária levando-se em consideração o descumprimento da função social no aspecto da preservação ambiental. O outro caso se refere à fazenda Nova Alegria, em Felisburgo (MG), que acabou resultando no assentamento de 37 famílias.

"Esse decreto indica um entendimento no âmbito do Poder Executivo de que a função social da propriedade deve ser cumprida em sua plenitude, ou seja, observando todas as suas condicionantes de forma simultânea", avalia a procuradora federal do Incra Juliana Chacpe, que deu parecer favorável à desapropriação.

O Incra também está otimista em relação à forma como o Poder Judiciário deverá tratar o caso. "A procedência do pedido constituirá importante precedente para o ajuizamento de mais ações nesse sentido, dando espaço também para as desapropriações por descumprimento da função trabalhista e bem-estar", conclui Chacpe.

A expectativa do Incra em Marabá (PA) é finalizar os procedimentos administrativos de desapropriação até o mês de março de 2010.

Desmatamentos

O laudo técnico sobre a fazenda Escalada do Norte produzido por peritos federais do Incra demonstram que mais de 174 hectares de pastagens foram plantados em área de preservação permanente próxima a nascente de rios e cabeceiras de cursos d'água. Ainda de acordo com o laudo, a destruição das margens dos rios vai exigir a total recomposição vegetal da área para que seja retomado o equilíbrio do ecossistema. Além disso, os danos causados podem acelerar o processo de assoreamento do leito dos rios e resultar na morte de algumas nascentes.

O Incra também constatou que o imóvel possui apenas 50% da reserva legal. Desde 2001, o poder público exige que a reserva legal da propriedade localizada na Amazônia seja de pelo menos 80% da área do imóvel. A autarquia fundiária ainda deve fazer uma nova avaliação da propriedade para definir a indenização a ser paga ao proprietário, levando em consideração o passivo ambiental provocado pelos desmatamentos.

Marcada para morrer – Reportagem da Caros Amigos – Sítio eletrônico do MST – 25/01/2010

Geralda Magela da Fonseca, a irmã Geraldinha, pode ser a próxima vítima do terror imposto pelos latifundiários que querem impedir o avanço da reforma agrária no Vale do Jequitinhonha, uma das regiões mais pobres do país. A única plantação de alimentos que existe em Salto da Divisa é a do acampamento do MST. No restante das terras, só capim e poucos bois.

A luta pela terra no Brasil ainda representa risco de morte para quem defende sua divisão. Reforma agrária são duas palavras que quando conjugadas se tornam malditas nos rincões controlados pelo latifúndio. O poder dos coronéis é lei nesses lugares. Domina tudo: desde a política local à rádio que veicula as notícias. Tudo, absolutamente tudo, é subjugado à lógica de uma oligarquia rural que atravessou séculos intacta e permanece com praticamente a mesma força discricionária do passado.

A pequena Salto da Divisa, município localizado no nordeste mineiro do Vale do Jequitinhonha, é o exemplo gritante dessa realidade. Latifúndio e terror se conjugam contra aqueles que ousam se levantar em defesa da reforma agrária. O pavor de retaliações fez com que vários entrevistados pedissem para não ter os nomes revelados. A reportagem acatou a solicitação e decidiu atribuir nomes fictícios a todos os

entrevistados ligados ao MST, menos a Geralda Magela da Fonseca, a irmã Geraldinha, ameaçada de morte pelo latifúndio.

A freira dominicana que vive há mais de três anos no acampamento do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) Dom Luciano, onde residem 75 famílias, se transformou no alvo preferencial dos latifundiários. É dela a principal voz que se ergue para denunciar as arbitrariedades dos donos da terra na região. A atitude corajosa rendeu a ira dos que teimam em perpetuar a situação de injustiça.

Irmã Geraldinha convive há meses com o medo de ser assassinada a qualquer momento. No princípio, as ameaças chegavam pelo celular. Em um único dia, recebeu três ligações no aparelho. Do outro lado da linha, a pessoa não identificava cada transmitia sempre a mensagem de morte. O terrorismo psicológico fez com que a freira quebrasse o chip do celular. Agora poucos possuem seu novo número, e as ameaças deixaram de ser feitas por via telefônica. Chegam por companheiros que moram no acampamento e que ouvem dizer na cidade que ela está marcada para morrer.

No latifúndio brasileiro, ameaça de morte é quase a certeza de concretização. Foi assim com Chico Mendes, irmã Dorothy Stang, Margarida Maria Alves e tantos outros que tombaram na luta por justiça social no campo. Como nos outros casos, o medo não afugentou a freira da resistência aos poderosos. Apenas a fez mudar seus hábitos. Irmã Geraldinha não repete, por exemplo, o pernoite no mesmo barraco. Alterna o sono em vários locais dentro do acampamento, para impedir que o inimigo invada sua casa e a torne presa fácil da morte. A reportagem de Caros Amigos acompanhou a via crucis da freira durante quatro dias. Dividiu com ela, inclusive, os mesmos barracos.

Estado de tensão

Um acontecimento em particular deixou a freira temerosa de que um eventual atentado pudesse ocorrer. Era noite, e a informação de uma companheira do acampamento, que havia visto um feixe de luz vindo do mato próximo do local onde foram erguidos os barracos, deixou a irmã Geraldinha apreensiva. Olhares mais atentos não identificaram o alerta, mas também não conseguiram tranquilizar a irmã. Qualquer barulho do lado de fora do barraco era motivo para um sobressalto sobre o colchão.

A ausência de iluminação, o único ponto de energia elétrica no acampamento é o do centro comunitário que também é a única construção em alvenaria, joga contra a segurança dela. A noite sem luar torna o ambiente sombrio. Nos barracos, com paredes feitas de folhas de coqueiro ou de taipa (barro prensado entre canas de bambu) e cobertura com a tradicional lona preta, apenas a luz das velas, que se acendem e se apagam rapidamente para neutralizar o alvo de possíveis ataques.

O esquema de segurança do MST no acampamento foi reforçado desde que a freira passou a sofrer ameaças. Na entrada do acampamento da Fazenda Manga do Gustavo, localizada a aproximadamente 6 km da cidade, uma corrente de ferro impede a passagem dos carros que se aproximam. Ali, há sentinelas 24 horas por dia. Mas os únicos instrumentos de proteção de que os vigilantes dispõem para combater uma eventual invasão de agressores são alguns foguetes, que serão prontamente disparados para mobilizar os companheiros que vivem no acampamento e atrair a atenção da polícia na cidade.

As mulheres participam do turno das 6h às 18h, os homens assumem a partir das 18h e vão até a manhã do dia seguinte. De uma em uma hora, o turno é trocado. Ninguém passa pela portaria sem a autorização da segurança, mas as condições geográficas da área não ajudam no trabalho. Por se tratar de uma fazenda, há inúmeros pontos vulneráveis dos quais os possíveis assassinos podem se valer, para chegar a pé ao local.

À noite, a segurança é reforçada por uma equipe de 24 homens que cuidam da vigilância da área. Além da portaria, uma ronda percorre o acampamento com lanternas para verificar se não há invasores que coloquem em risco a vida da freira. A segurança dos companheiros que dividem o acampamento com ela é a única proteção que irmã Geraldinha tem durante a noite. De dia, além da segurança dos sem-terra, a Polícia Militar também vai ao acampamento, de duas a três vezes, conversa com a religiosa e retorna à cidade.

“A nossa proteção é de 24 horas”, frisa Daniel Monteiro, chefe da segurança do acampamento, para destacar a importância do trabalho desempenhado pelos acampados na proteção à freira.

O comando do policiamento militar da cidade foi trocado recentemente. O sargento Clóvis Bonfim de Moraes é o novo responsável pela área. Veio do município de Teófilo Otoni e traz no braço o brevê de direitos humanos. “Só quem tem muita formação na área (de direitos humanos) usa o brevê”, comenta. A Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República interveio para mudança no policiamento em Salto da Divisa, segundo o coordenador do Programa de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos, Fernando Matos.

Antes, o poder fardado não falava em direitos humanos e era caudatário dos interesses do latifúndio. Nem mesmo o ataque de um grupo que tentou incendiar o acampamento do MST removeu os policiais de uma ação contrária aos acampados.

Rotina de ameaças

“Hoje vou comer bolo na sua casa”, dizia a voz de um homem que se identificou como Ilton Guimarães, ex-vereador e muito próximo aos latifundiários da cidade. Ele ligou para o celular da acampada Cristina Soares, no dia 27 de julho, um dia após a eleição para a Prefeitura de Salto da Divisa e que deu a vitória a Ronaldo Athayde da Cunha Peixoto (DEM). A eleição aconteceu fora de época devido à cassação pelo TRE do prefeito anterior. Ronaldo faz parte de uma das duas famílias que dominam as terras da região.

O número oculto registrado no identificador de chamadas impediu que Cristina soubesse de onde partira a ligação. A frase, aparentemente sem sentido, ganharia lógica no dia seguinte, 28 julho. Um grupo de quatro homens, em um carro, atearia fogo no acampamento do MST. O incêndio foi detectado a tempo pelos acampados e não se propagou.

Dentro do automóvel, estavam Ilton Ferreira Guimarães, Paulo Roberto Inácio da Silva, seu filho Daniel Salomão Silva e Genilton Menezes Santos, cunhado de José Alziton da Cunha Peixoto, primo do prefeito eleito e presidente da Fundação Tinô da Cunha, a quem pertencem as terras da Fazenda Manga do Gustavo, onde estão

acampados os sem-terra, além da Fazenda Monte Cristo, que os trabalhadores rurais haviam ocupado inicialmente e onde pretendem ser assentados pelo Incra.

Paulo Roberto é o locutor da Rádio Aracuã, controlada pela família Cunha Peixoto. A rádio é uma das trincheiras de ataque da família contra a freira e o MST. Irmã Geraldinha é chamada de bruxa por Paulo Roberto. Ele também xinga as mulheres sem-terra de vagabundas, além de afirmar que o acampamento é local de prostituição.

A convivência do antigo policiamento com a prática truculenta dos latifundiários se evidenciou na condução do caso. Os policiais demoraram horas para atender ao pedido de socorro, segundo relato dos acampados. Além disso, quando chegaram, inverteram a situação contra os sem-terra, que de vítimas, passaram a réus. O boletim de ocorrência registrado pelos policiais militares coloca a freira, que nem estava no local no momento do incidente, como sendo responsável por seqüestro e cárcere privado dos quatro homens.

Para desfazer a mentira, irmã Geraldinha teve de viajar 50 km até Jacinto, cidade mais próxima a Salto da Divisa, com delegacia de polícia, para registrar um boletim de ocorrência relatando o que de fato havia ocorrido. Mas o município de Jacinto não está imune ao poder da família Cunha Peixoto. O Fórum da cidade carrega o nome do pai de José Alziton da Cunha Peixoto.

A pressão contra a freira se intensificou a partir de 28 de outubro, logo após a realização de uma audiência contra o falso boletim de ocorrência da PM, que a transformava em sequestradora. No dia 30, um automóvel marca Corsa aparece próximo à entrada do acampamento. Nesse dia, a freira estava na cidade e voltaria sozinha de ônibus para o acampamento. Desceria na estrada e enfrentaria uma longa caminhada até os barracos. Certamente cruzaria com o carro que estava na tocaia. Mas o frei capuchinho Emílio Santi Piro, padre da cidade, achou perigoso ela voltar de ônibus e emprestou o seu carro. A solidariedade cristã permitiu que ela cruzasse o ponto de encontro, antes que o veículo que esperava por ela chegasse. Quando irmã Geraldinha recebeu um telefonema informando que um carro estava na tocaia à sua espera, ela já estava no acampamento.

O mesmo veículo foi visto posteriormente na cidade: o motorista queria saber se a irmã estava no município. Na sequência, em 1º de novembro, a freira recebeu os três telefonemas a ameaçando de morte e resolveu quebrar o chip para atenuar a tormenta.

Pelo menos dois homens que já ameaçaram a freira várias vezes são conhecidos: são dois ex-sem-terra que foram expulsos do movimento pelos acampados porque eram violentos. Admilson e Caboclo passaram a trabalhar na administração do prefeito Ronaldo. Um é fiscal da varrição de ruas, o outro vigia em uma escola.

Coronelismo

José Alziton é outro que persegue os sem-terra desde o primeiro dia em que o acampamento foi formado. Irmã Geraldinha conta que logo após os sem-terra terem realizado a ocupação, Alziton apareceu na fazenda com duas armas na cintura, fazendo questão de mostrá-las e gritando que aquela fazenda era sua. “Quem mandou vocês

entrarem, isso aqui é meu!”, afirmava, furioso. Ao que os sem-terra respondiam em coro: “MST, a luta é pra valer”.

Alziton não é o dono da fazenda ocupada. Ele presidia, até maio deste ano, o conselho da Fundação Tinô da Cunha, proprietária da Fazenda Manga do Gustavo e Monte Cristo, mas foi afastado do cargo por má administração. Em seu lugar, o Ministério Público nomeou um interventor. Além de Alziton, o prefeito Ronaldo também fazia parte do conselho da Fundação.

Os recursos gerados pelas duas fazendas, e por mais três propriedades que pertencem à Fundação deveriam custear os gastos do único hospital da cidade que atendia à população. Os recursos desapareceram e aproximadamente 2 mil cabeças de gado sumiram do pasto. As dívidas com o INSS atingem a cifra de quase 2 milhões de reais, segundo o promotor de Justiça da Comarca de Jacinto, Bruno César Medeiros Jardim. “O hospital era utilizado para fazer política, angariar votos, mas o atendimento era precário”, critica o promotor.

O hospital praticamente fechou as portas, só atende casos de urgência. O prefeito não revela para a reportagem que fazia parte do conselho da Fundação Tinô da Cunha, responsável pela administração do hospital. Antes da eleição que o levou ao cargo de prefeito, o primo José Alziton chegou a encaminhar petição ao juiz da Comarca de Jacinto para se manter à frente da Fundação, argumentando que a posse de Ronaldo reduziria o problema financeiro do hospital. O prefeito Ronaldo nega à Caros Amigos que pretenda destinar recursos da prefeitura para o hospital.

No entanto, ele tentou confundir a reportagem ao afirmar que a prefeitura pagava o salário de três médicos que atendiam no hospital. “O hospital está funcionando porque a prefeitura está pagando três médicos.” Na verdade, os médicos pagos pela prefeitura não atendem no hospital, mas na unidade básica de saúde. “Ficam de plantão no celular”, reconhece o prefeito. Ele não sabe explicar como ocorre a convocação dos médicos pelo celular, quando alguém passa mal. O hospital só atende casos de urgência. O prefeito nem ao menos sabe quantos enfermeiros trabalham no local. “Saúde é uma coisa muito cara”, afirma o prefeito, que tem um salário mensal de 8 mil reais.

MST fará campanha contra Serra, diz Stedile – Ana Flor e Graciliano Rocha – Folha de São Paulo – Brasil – 26/01/2010

Líder sem-terra afirma que vitória do tucano na disputa presidencial representaria a volta do neoliberalismo clássico ao país

Posição anti-Serra não se traduz, porém, em defesa do MST à candidatura de Dilma; alas do movimento apoiam a pré-candidata Marina Silva

O líder do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) João Pedro Stedile disse ontem que os movimentos sociais devem fazer campanha contra a possível candidatura do tucano José Serra à Presidência da República. Em Porto Alegre (RS), onde participa do Fórum Social Mundial, ele disse que uma

vitória de Serra representaria "a volta do neoliberalismo clássico" ao Brasil. Segundo Stedile, o MST deverá "torcer" e "fazer campanha" contra o tucano. Ele afirmou que a rejeição de sindicatos e organizações de trabalhadores a Serra é espontânea, pois o governador de São Paulo se identifica com a plataforma "neoliberal", combatida pela esquerda durante o governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). "Nós não precisamos baixar ordem para ninguém, mas há uma unidade de que todo mundo é contra a volta do Serra, por tudo o que ele representa, da volta do Fernando Henrique."

A posição anti-Serra não se traduz, segundo Stedile, em apoio do MST à provável candidatura da ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff (PT), à sucessão de Lula. "Nós sempre votamos mais à esquerda, mas não vamos tomar uma posição de candidato A, B ou C", disse Stedile. Aliados históricos, os sem-terra e o presidente vivem uma relação que ficou mais conturbada no ano passado. O MST já acusou Lula de trair as promessas de reforma agrária. O petista também já condenou invasões de terra e atos de vandalismo cometidos por sem-terra.

Em outubro do ano passado, Stedile afirmou que "o MST não é capacho de Lula" e que não haveria adesão automática à candidatura de Dilma. Alas do movimento defendem apoio à senadora Marina Silva (AC), provável candidata do PV à Presidência, mas que é vista com reservas por setores ligados à agricultura familiar por ser considerada demasiadamente "conservacionista". Stedile defendeu que movimentos sociais mantenham uma "posição de autonomia" em relação a partidos. A relação se dará, disse, através da apresentação de plataformas com reivindicações.

A rejeição a Serra também tem raízes na leitura da política internacional feita pelo MST. Stedile afirma que uma vitória do tucano facilitaria o projeto da "hegemonia americana" de retomar terreno perdido na influência da América Latina. Ele comparou o cenário da volta dos tucanos com a vitória eleitoral do direitista Sebastián Piñera no Chile.

Polícia Civil prende 9 ligados ao MST no interior paulista – Sítio Eletrônico da CNA – 27/01/2010

DETIDO - Miguel Serpa: um dos líderes do MST no centro oeste paulista

A Polícia Civil de São Paulo prendeu ontem nove pessoas ligadas ao Movimento dos Sem-Terra, nos municípios de Iaras e Borebi, interior do Estado. As prisões fazem parte da Operação Laranja, que teve início às duas horas da madrugada, com o objetivo de cumprir 20 mandados de prisão e outros 30 de busca e apreensão. Entre os detidos estão uma vereadora de Iaras e um ex-prefeito, ambos filiados ao PT.

A operação foi desencadeada em decorrência das investigações destinadas a apurar e apontar responsáveis pela invasão da Fazenda Cutrale, em Borebi, outubro do ano passado. O episódio ficou conhecido por causa da divulgação de imagens

mostrando a destruição de pés de Laranja na fazenda.

De acordo com o delegado Roberval Antonio Fabbro, assistente da Delegacia Seccional de Bauru, onde está centralizada a operação, os militantes estão temporariamente detidos. São acusados por formação de quadrilha, furto, dano qualificado e esbulho possessório.

O delegado também informou que das nove pessoas presas, sete estavam na lista de nomes com prisões decretadas. As outras duas foram detidas em flagrante, acusadas de porte ilegal de armas.

Segundo Fabbro, seis armas foram localizadas, sendo que uma delas seria de uso restrito. Defensivos agrícolas, fertilizantes, ferramentas, documentos e aparelhos eletrônicos também teriam sido apreendidos.

As ordens de prisão foram expedidas pelo juiz Mário Ramos dos Santos, da 1ª Vara Criminal de Lençóis Paulista. Entre os detidos encontram-se o ex-prefeito de Iaras, Edilson Granjeiro Xavier, filiado ao PT; a vereadora Rosemeire Pandarco de Almeida Serpa, também petista; e o marido dela, Miguel Serpa, um dos líderes do MST na região da fazenda da Cutrale.

Até ontem à noite, o advogado do MST, Bruno de Oliveira, ainda não havia conseguido obter informações oficiais sobre as prisões, nem sobre o inquérito que deu origem à Operação Laranja. O advogado, integrante da Rede Nacional de Advogados Populares, também não tinha obtido a lista com os nomes completos dos detidos. Sei apenas que são lideranças do MST na região, disse ele.

Na opinião do advogado, a operação tem caráter político. O ex-prefeito e a vereadora de Iaras não tem nada a ver com o episódio, afirmou. Estamos vendo que se trata de uma operação com objetivos políticos, disfarçada de operação legal.

Oliveira também observou que a questão principal não está sendo tratada: Os sem-terra invadiram uma área de terra pública, que foi ocupada indevidamente por uma empresa privada. Em vez de exigir a desocupação da área e destiná-la à reforma agrária, como manda a lei, estão caçando militantes do movimento social.

De acordo com a polícia, parte das investigações continuará sendo mantida em sigilo, para se garantir a elucidação dos fatos. Segundo o delegado Fabbro, esse procedimento é garantido pelo Código Penal.

Cerca de 150 policiais foram mobilizados na operação. Em nota sobre o assunto, a direção estadual do MST acusou os policiais de promoverem o terror em algumas comunidades. Também manifestaram o temor de o cerco policial na região se mantenha por mais dias.

Licitação de R\$ 100 mi visa regularizar terra na Amazônia – Sítio Eletrônico da CNA – 27/01/2010

O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) vai publicar em fevereiro um megaedital, no valor estimado de R\$ 100 milhões, para a contratação de empresas de serviços topográficos de georreferenciamento. A medida visa agilizar a regularização de 80 mil imóveis de até 1.500 hectares na Amazônia Legal.

Trata-se de mais um esforço do governo para eliminar o caos fundiário na região e melhorar o desempenho o programa Terra Legal, criado no início de 2009 para regularizar quase 300 mil ocupações na região, sob protestos de parlamentares e ativistas ecológicos. Já foram aplicados no programa R\$ 30 milhões em serviços topográficos, mas até o início de janeiro, somente 297 propriedades haviam sido tituladas.

É um resultado tímido sete meses depois da publicação, no dia 26 de junho de 2009, da Lei 11.977, que resultou da Medida Provisória 458, apontada pelos críticos como a MP da Grilagem, como a senadora Marina Silva (PV-AC), por beneficiar quem invadiu terras públicas na região até dezembro de 2004. A titulação é pequena, mas é plenamente justificável porque o MDA não tem recursos humanos para fazer o trabalho inicial, que é mais demorado por envolver o cadastramento dos agricultores, avaliou o deputado federal Asdrubal Bentes (PMDB-PA), relator da MP na Câmara Federal.

Em três meses, com os serviços de georreferenciamento dos imóveis, o parlamentar prevê que a titulação atinja 52 mil agricultores cadastrados. Isso será possível graças às facilidades da lei aprovada no Congresso, que dispensou a vistoria em campo para a regularização dos imóveis, bastando as referências de satélite, explicou.

Para o coordenador do Programa Terra Legal, Carlos Guedes, até o final do primeiro semestre, quando a lei completa um ano, deverão ser cadastrados 103 mil ocupantes. Estamos em uma transição concreta de uma regularização fundiária muito demorada, muito complicada. A gente está alterando toda essa dinâmica de funcionamento. Então os resultados obtidos ainda são baixos, mas a tendência é uma forte melhoria a partir do georreferenciamento, disse Guedes.

Empresas buscam alternativas

O relator da MP na Câmara dos Deputados admitiu, porém, que as empresas ocupantes desses imóveis vão procurar alternativas para se regularizar. Seja através de seus sócios ou mesmo por meio de laranjas. Essa proposta do deputado que incluía o benefício às empresas foi vetada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ao sancionar o texto aprovado no Congresso. O veto presidencial foi comemorado pela senadora Marina Silva e entidades ambientalistas, como a WWF-Brasil e o Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia (Imazon).

Segundo Bentes, as terras ocupadas por empresas não devem representar 1% das propriedades. Apesar disso, o deputado considerou altamente positiva a lei por permitir a regularização de posses para pessoas que comprovem que estavam na área antes de 1º de dezembro de 2004 e não tenham outra propriedade em qualquer parte do País.

A Amazônia vai ter a era antes e depois da lei. Estou muito feliz porque o Congresso prestou um grande serviço, junto com o governo, numa medida idealizada pelo ex-ministro Mangabeira Unger da Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos e que teve o apoio do ministro Guilherme Cassel do Desenvolvimento Agrário, afirmou Bentes.

Mesmo assim, Cassel será chamado ao Congresso para prestar esclarecimentos sobre o atraso no programa. A organização não governamental WWF-Brasil divulgou nota dizendo que a decisão do presidente Lula atendeu parcialmente ao pedido de diversas organizações ambientais brasileiras de promover a regularização fundiária com responsabilidade e garantir a proteção na Amazônia.

Entretanto, a organização criticou a flexibilização do prazo para a transferência das propriedades acima de 400 hectares de dez anos - como previa o texto original - para três anos, o que, segundo ela, deverá estimular o mercado de venda de terras.

A secretária-geral da WWF-Brasil, Denise Hamú, disse, em nota, na época, que o debate continuará. O debate em torno do Código Florestal continua. Por isso, a mobilização da sociedade civil brasileira para a proteção do meio ambiente e da Amazônia é fundamental.

A estimativa do governo é de que a quantidade de terras a serem regularizadas chegue a 67 milhões de hectares com a nova legislação, o equivalente ao território da França e da Inglaterra juntos. Cerca de 50% das propriedades são minifúndios com até 100 hectares.

O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) vai publicar em fevereiro um megaedito, no valor estimado de R\$ 100 milhões, para a contratação de empresas de serviços topográficos de georreferenciamento. A medida visa agilizar a regularização de 80 mil imóveis de até 1.500 hectares na Amazônia Legal.

Trata-se de mais um esforço do governo para eliminar o caos fundiário na região e melhorar o desempenho do programa Terra Legal, criado no início de 2009 para regularizar quase 300 mil ocupações na região, sob protestos de parlamentares e ativistas ecológicos. Já foram aplicados no programa R\$ 30 milhões em serviços topográficos, mas até o início de janeiro, somente 297 propriedades haviam sido tituladas.

É um resultado tímido sete meses depois da publicação da Lei nº 11.977, que resultou da Medida Provisória nº 458, apontada pelos críticos, como a senadora Marina Silva, (PV-AC) como a MP da Grilagem por beneficiar quem invadiu terras públicas até dezembro de 2004.

O ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, deve ser chamado ao Congresso para falar sobre o atraso no programa. A estimativa do governo é de que a quantidade de terras a serem regularizadas chegue a 67 milhões de hectares, o equivalente a França e da Inglaterra juntas.

Sudeste tem mais trabalhadores em regime de escravidão – Sítio Eletrônico da CNA- 27/01/2010

A Região Sudeste registrou, em 2009, o maior número de resgates de trabalhadores em regime análogo ao da escravidão. Essa é a primeira vez que a região fica em primeiro lugar nesse ranking dos estados, cujas primeiras posições normalmente são ocupadas pelas regiões Nordeste e Norte, conforme dados sobre ações de combate ao trabalho escravo do Ministério Público do Trabalho.

Para o coordenador nacional de Erradicação do trabalho escravo do Ministério Público do Trabalho, Sebastião Caixeta, isso é reflexo do endurecimento da legislação penal. Atribuo isso à modificação da legislação, que veio a ser mais protetiva e a considerar dois novos tipo de condições de trabalho escravo, que são a jornada exaustiva e as condições degradantes de trabalho que podem se verificar com mais facilidade nos grandes centros urbanos.

No Sudeste, foram resgatados 1.310 trabalhadores. O Estado do Rio de Janeiro registrou o maior número de trabalhadores em regime análogo ao de escravidão, 521. Eles foram encontrados na cidade de Campos dos Goytacazes numa empresa de beneficiamento de cana-de-açúcar. Em regime próximo ao de escravidão, foram encontrados no ano passado, no Estado do Rio, 48 trabalhadores.

A Região Centro-Oeste ficou na segunda posição, com 972 trabalhadores resgatados, e Tocantins foi o estado com maior número de resgates, 334. Na Região Nordeste foram feitos 874 resgates, e o estado com maior número de ocorrências foi Pernambuco. As regiões Norte e Sul registraram, respectivamente, 368 e 315 casos de trabalhadores encontrados em situação análoga à de escravidão. Na região Norte, o Pará apresentou o maior número de trabalhadores resgatados, com 326. Na Região Sul, a primeira posição foi do Paraná, com 227 resgates.

No total, foram resgatados, no ano passado, 3.571 trabalhadores encontrados em regime análogo ao de escravidão; em 2008, esse número foi de 5.016. Ele informou, ainda, que foram registrados trabalhadores em regime análogo ao de escravidão em obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Normalmente, envolvendo subempreiteiras e contratações de aliciadores que não têm preocupação com a mão de obra empregada. A repercussão envolve o tomador de serviço, ele é o responsável. Isso foi verificado no ano passado. Esperamos que neste ano haja responsabilidade maior, porque os órgãos de fiscalização vão ficar focados nessas obras.

Sebastião Caixeta disse também que, para este ano, o Ministério Público vai fiscalizar com mais rigor atividades que tradicionalmente registram grande número de ocorrências de trabalho análogo ao de escravidão, como carvoarias e cultivo e colheita de cana-de-açúcar.

** Fonte: Jornal DCI, com informações da Agência Estado, em 27/01/2010.*

Polícia Civil prende 9 ligados ao MST no interior paulista – Estado de São Paulo – Nacional – 27/01/2010

A Polícia Civil de São Paulo prendeu ontem nove pessoas ligadas ao Movimento dos Sem-Terra, nos municípios de Iaras e Borebi, interior do Estado. As prisões fazem parte da Operação Laranja, que teve início às duas horas da madrugada, com o objetivo de cumprir 20 mandados de prisão e outros 30 de busca e apreensão. Entre os detidos estão uma vereadora de Iaras e um ex-prefeito, ambos filiados ao PT.

A operação foi desencadeada em decorrência das investigações destinadas a apurar e apontar responsáveis pela invasão da Fazenda Cutrale, em Borebi, outubro do ano passado. O episódio ficou conhecido por causa da divulgação de imagens mostrando a destruição de pés de laranja na fazenda.

De acordo com o delegado Roberval Antonio Fabbro, assistente da Delegacia Seccional de Bauru, onde está centralizada a operação, os militantes estão temporariamente detidos. São acusados por formação de quadrilha, furto, dano qualificado e esbulho possessório.

O delegado também informou que das nove pessoas presas, sete estavam na lista de nomes com prisões decretadas.

As outras duas foram detidas em flagrante, acusadas de porte ilegal de armas.

Segundo Fabbro, seis armas foram localizadas, sendo que uma delas seria de uso restrito.

Defensivos agrícolas, fertilizantes, ferramentas, documentos e aparelhos eletrônicos também teriam sido apreendidos.

As ordens de prisão foram expedidas pelo juiz Mario Ramos dos Santos, da 1ª Vara Criminal de Lencóis Paulista. Entre os detidos encontram-se o ex-prefeito de Iaras, Edilson Granjeiro Xavier, filiado ao PT; a vereadora Rosemeire Pandarco de Almeida Serpa, também petista; e o marido dela, Miguel Serpa, um dos líderes do MST na região da fazenda da Cutrale.

Até ontem à noite, o advogado do MST, Bruno de Oliveira, ainda não havia conseguido obter informações oficiais sobre as prisões, nem sobre o inquérito que deu origem à Operação Laranja. O advogado, integrante da Rede Nacional de Advogados Populares, também não tinha obtido a lista com os nomes completos dos detidos. “Sei apenas que são lideranças do MST na região”, disse ele.

Na opinião do advogado, a operação tem caráter político.

“O ex-prefeito e a vereadora de Iaras não tem nada a ver com o episódio”, afirmou. “Estamos vendo que se trata de uma operação com objetivos políticos, disfarçada de operação legal.” Oliveira também observou que a questão principal não está sendo tratada: “Os sem-terra invadiram uma área de terra pública, que foi ocupada indevidamente por uma empresa privada. Em vez de exigir a desocupação da área e destiná-la a reforma agrária, como manda a lei, estão cacando militantes do movimento social.”

De acordo com a polícia, parte das investigações continuarão mantidas em sigilo, para se garantir a elucidação dos fatos. Segundo o delegado Fabbro, esse procedimento é garantido pelo Código Penal.

Cerca de 150 policiais foram mobilizados na operação.

Em nota sobre o assunto, a direção estadual do MST acusou os policiais de “promoverem o terror em algumas comunidades”. Também manifestaram o temor de o cerco policial na região sem manter por mais dias.

Nove do MST são presos por destruir laranjal – O Globo – Capa – 27/01/2009

Nove pessoas ligadas ao Movimento dos Sem

Terra (MST) foram presas em Borebi (SP) por invadir uma fazenda da Cutrale, em outubro de 2009, e destruir um laranjal. Entre os presos há um ex-prefeito. **Página 10**

Presos nove do MST por destruição de laranjal – O Globo – O País – 27/01/2009

Suspeitos invadiram fazenda da empresa Cutrale no ano passado; entre eles estão um ex-prefeito e uma vereadora

SÃO PAULO. Nove pessoas ligadas ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) foram presas ontem na cidade de Borebi, em São Paulo, suspeitas de terem invadido a fazenda Santo Henrique, da empresa Sucocítrico Cutrale, no fim do ano passado, em Iaras (SP), e destruído um laranjal. A Polícia Civil de Bauru prendeu o ex-prefeito de Iaras Edilson Grangeiro Xavier (PT), a vereadora Rosimeire Pan D'Arco de Almeida Serpa (PT) e seu marido, Miguel da Luz Serpa. De acordo com a assessoria de imprensa da Secretaria estadual de Segurança de São Paulo, as prisões fazem parte da Operação Laranja, deflagrada ontem pela Polícia Civil de Bauru para cumprir 20 mandados de prisão temporária e 30 de busca e apreensão expedidos pela Justiça de Borebi. Sete foram presos em cumprimento aos mandados, e dois em flagrante por porte ilegal de arma de fogo. Uma das armas encontradas pela polícia é de uso restrito.

Segundo a Secretaria de Segurança Pública, os suspeitos são acusados de formação de quadrilha, furto qualificado, dano qualificado e invasão de propriedade. No cumprimento dos mandados de busca e apreensão, foram encontrados seis armas de fogo, defensivos agrícolas, fertilizantes e ferramentas.

Documentos e aparelhos eletrônicos também foram apreendidos pela Polícia Civil, de acordo com informações da assessoria de imprensa da Secretaria de Segurança.

O inquérito para investigar o caso da fazenda Santo Henrique foi aberto em outubro do ano passado, logo após a saída pacífica dos militantes do MST em 7 de outubro de 2009, 11 dias depois de iniciada a ocupação. Os prejuízos com a invasão, segundo informou a Cutrale, na época do ocorrido, foram de mais de R\$ 1 milhão. Além dos pés de laranja arrancados, os militantes do MST são acusados de danificar equipamentos da empresa, como tratores e arados.

A ação dos sem-terra foi filmada: tratores foram usados para passar por cima dos pés de laranja.

Em nota divulgada ontem em seu site, o MST informou que “os relatos vindos da região, bastante ner vosos e apreensivos, apontam que os TRATOR QUEBRADO depois da invasão da Fazenda Santo Henrique por integrantes do MST, no ano passado Roney Domingos/G1/07-10-2009 policiais além de cercarem casas e barracos, prenderem pessoas e promoverem o terror em algumas comunidades, também têm apreendido pertences pessoais de muitos militantes, exigindo notas fiscais e outros documentos para forjar acusações de roubos e crimes afins”

Movimento afirma que prisões são “absurdas”

Na nota, o movimento diz que seus advogados estão tentando, com dificuldade, acompanhar a situação e obter informações sobre os processos, “pois a polícia não tem assegurado plenamente o direito constitucional às partes da informação sobre os autos e, principalmente, sobre as prisões”.

De acordo com o MST, a repressão significa o aprofundamento de “todo um processo de criminalização e repressão que foi acelerado a partir da repercussão exagerada e dos desdobramentos políticos ocorridos na regional de Iaras (SP) por ocasião da ocupação da Fazenda-Indústria Cutrale, em outubro de 2009 (...)”.

“Não podemos nos intimidar nem nos calar diante de tamanho absurdo!”, diz a nota.

Trabalho escravo: 9 pessoas condenadas em Marabá – Sítio Eletrônico do MST – 27/01/2010

A Justiça Federal de Marabá condenou nove pessoas pela prática de submeter trabalhadores à condição análoga à de escravo, em fazendas situadas nos municípios de Rondon do Pará, Jacundá, Itupiranga, São Félix do Xingu, São Domingos do Araguaia e Xinguara. Outras 14 pessoas foram absolvidas. Os 23 acusados figuravam como réus em dez processos que foram sentenciados, em dezembro passado, pelo juiz federal Carlos Henrique Borlido Haddad.

Além de trabalho escravo, alguns réus também foram condenados por crimes como o de falsificar ou alterar documento público verdadeiro e frustrar, mediante fraude ou violência, direito assegurado pela legislação do trabalho. De todas as sentenças assinadas pelo magistrado ainda cabem recursos, na forma de apelação, ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Entre os réus, a pena mais branda foi aplicada a Amador Campos de Mendonça, punido com dois anos e seis meses de reclusão. Hélio Fernandes Araújo e Equibal Rodrigues Almeida receberam as penas mais rigorosas, o primeiro de sete anos e o segundo, de seis anos e um mês de reclusão. No caso de Hélio Araújo, a fazenda de sua propriedade, a Bela Vista, em Jacundá, submetia 18 trabalhadores a condições degradantes de trabalho, conforme constatou a Unidade de Fiscalização Móvel do Ministério do Trabalho e Emprego.

Uma testemunha contou que em quatro alojamentos - um galpão, duas casas de madeira e um barraco de lona e plástico – chegaram a ficar 28 trabalhadores. “As condições dos alojamentos eram as piores possíveis, pois eram pequenos. A água consumida era extraída de um lago, do qual o gado também se utilizava. Os telhados das casas de madeira eram bastante deteriorados e elas estavam lotadas. Os salários não eram pagos, apesar de haver trabalhadores prestando serviços desde outubro de 2007”, relatou a testemunha. Equibal Almeida é proprietário da fazenda “Córrego do Limão” em Rondon do Pará. O magistrado ressalta que ele não apenas submeteu os trabalhadores a condições degradantes, como também frustrou inúmeros direitos trabalhistas, tais como deixar de depositar mensalmente o percentual referente ao FGTS.

Mais de 3,5 mil trabalhadores (as) rurais foram resgatados do trabalho escravo em 2009 – sítio eletrônico da CONTAG - 28/01/2010

Hoje é comemorado o Dia Nacional do Trabalho Escravo, mas o problema ainda é recorrente no Brasil. Segundo dados do Ministério Público do Trabalho (MPT), em 2009 foram resgatados 3.571 homens e mulheres em situação análogas à escravidão no País. Todos eram trabalhadores e trabalhadoras rurais. O estado com maior número de trabalhadores resgatados foi o Rio de Janeiro, seguido por Pernambuco.

Durante a semana foram organizados diversos atos públicos no País em comemoração à data. Organizações de sociedade civil também pediram a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 438/2001, que institui o confisco das propriedades onde for encontrado trabalho escravo e destiná-las à reforma agrária.

O dia 28 de janeiro foi escolhido em homenagem aos três auditores fiscais Erastóstenes de Almeida Gonçalves, João Batista Soares Lage e Nelson José da Silva e ao motorista Ailton Pereira de Oliveira assassinados em 2004 em uma fazenda em Unaí, GO. Eles faziam inspeção de rotina na propriedade. Até hoje nenhum dos nove acusados pelo crime foi condenado.

Fonte: Iara Balduino, Agência Contag de Notícias

PT e MST protestam contra prisões – Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Nacional – 28/01/2010

Políticos do PT e líderes de organizações ligadas à defesa da reforma agrária acusaram a Polícia Civil do Estado de São Paulo, subordinada à Secretaria de Segurança Pública, de ter agido com objetivos políticos e eleitorais no episódio da detenção de líderes do Movimento dos Sem-terra (MST), na terça-feira. Hoje, no Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, haverá um ato de protesto contra a ação policial.

As prisões, nos municípios de Iara e Borebi, fazem parte da Operação Laranja, que investiga a destruição de um laranjal e a depredação das instalações de uma fazenda da empresa Cutrale, por militantes do MST, em outubro do ano passado.

Entre os detidos estavam dois políticos filiados ao PT.

Ontem, o deputado estadual Simão Pedro (PT), da Frente Parlamentar pela Reforma Agrária, pediu explicações ao governo sobre possíveis irregularidades na operação. “O PT condena a destruição do laranjal, mas não podemos concordar com o fato de os advogados não terem tido acesso aos autos do inquérito. Isso tolhe o direito dos presos.”

O coordenador nacional da área de movimentos sociais do PT, ex-deputado Renato Simões, criticou a polícia por ter distribuído os detidos por diferentes locais da região de Bauru, dificultando a ação da defesa e o contato dos familiares. “O episódio mostra o que pode ser apolítico de José Serra em relação aos movimentos sociais, caso seja eleito presidente”, disse.

Simões também criticou o que chamou de “espetacularização” do fato, com a filmagem das prisões por uma TV local.

Para a Comissão Pastoral da Terra (CPT), a operação faz parte de uma ofensiva para criminalizar movimentos sociais.

“A foto publicada no Estado, com um homem algemado e puxado por um policial, diz tudo sobre a cultura jurídica em vigor neste país, onde qualquer pobre que se organiza é visto como criminoso”, disse Dirceu Fumagalli, da Pastoral. Segundo Gilmar Mauro, da coordenação nacional do MST, a ação policial foi “um show pré-eleitoral”.

Ontem, o delegado responsável pela operação, Benedito Valencise, da Seccional de Bauru, refutou as acusações. “O inquérito foi instaurado há vários meses e é público”, afirmou. Ele também disse que não houve contato prévio com a imprensa e que as prisões de políticos do PT não tiveram conotação política: “Tem elementos que deixam patente a participação dos dois nos crimes.”

O Palácio dos Bandeirantes não quis comentar as críticas.

Na Assembleia Legislativa, o deputado Milton Flávio (PSDB), vice-líder do governo, atacou os petistas: “É lamentável que o PT tente fazer de um fato jurídico um fato político de terrorismo eleitoral.”

Violência foi planejada, mostra vídeo

Um vídeo divulgado ontem pela Polícia Civil de Bauru mostra que a depredação da fazenda da Cutrale, invadida em outubro pelo MST, foi planejada. As imagens mostram uma reunião de militantes na qual o coordenador regional do movimento, Miguel da Luz Serpa, se dirige aos invasores e diz: “Esta é a quarta invasão e viemos aqui para, pelo menos, dar prejuízo a eles.”

Serpa e umas nove pessoas presas durante a Operação Laranja, desencadeada terça-feira. Ele já é investigado pelo Ministério Público Federal por desvio de recursos públicos de uma cooperativa de assentados rurais.

Empoderados dos acusados, a polícia apreendeu adubos, defensivos e equipamentos que teriam sido furtados da propriedade. O vídeo foi apreendido durante as buscas realizadas nas casas dos detidos, no assentamento Zumbidos Palmares, em Iaras. Para o delegado responsável pela operação, Benedito Valencise, ela ajudará a comprovar os crimes dos sem-terra.

O delegado também disse que o trabalho de investigação continua.

Lembrou que dez mandados de prisão expedidos pela Justiça ainda não foram cumpridos. ●

JOSÉ MARI TOMAZELA

Fita revela ação planejada do MST, diz polícia _ Maurício Simionato – Folha de São Paulo – Brasil – 28/01/2010

Delegado afirma que líder regional do movimento foi filmado antes de invasão a fazenda falando em “dar prejuízo a eles”

Há 20 suspeitos com prisão decretada e 13 deles estão foragidos; policial pedirá prorrogação de detenções temporárias por mais 5 dias

MAURÍCIO

DA

AGÊNCIA

FOLHA,

EM

SIMIONATO

CAMPINAS

Um vídeo apreendido anteontem na operação que resultou na prisão de nove sem-terra no interior de São Paulo prova que a depredação de uma fazenda da Cutrale, ocorrida no ano passado, foi um ato premeditado, segundo a Polícia Civil. O delegado responsável pelas investigações, Jader Biazon, disse ontem que a gravação foi feita logo após a invasão da fazenda, em Iaras (SP). Um homem diz: "Essa é a quarta ocupação. Agora nós viemos aqui para, pelo menos, dar prejuízo para eles". Segundo o delegado, a fala é de Miguel da Luz Serpa, 50, um dos coordenadores estaduais do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). Ele foi preso na ação policial e se calou no depoimento. Quando os sem-terra saíram da fazenda da Cutrale, em outubro de 2009, deixaram um total de 7.000 pés de laranja destruídos, de acordo com a empresa. Tratores, móveis e eletrodomésticos foram destruídos, e paredes, pichadas.

MST nega acusação
O MST sempre negou que integrantes do movimento tenham depredado e realizado furtos durante a invasão. Segundo a polícia, os presos anteontem na Operação Laranja são suspeitos de envolvimento com a invasão e depredação da fazenda da Cutrale. Além de Serpa, foram detidos a atual vereadora de Iaras e mulher dele, Rosimeire Pan D'Arco de Almeida Serpa (PT), 30, e o ex-prefeito da cidade e presidente municipal do PT, Edilson Granjeiro Xavier, 64. De acordo com a polícia, os três coordenaram a invasão.

Há 20 suspeitos com a prisão decretada, 13 deles foragidos. O delegado afirmou que vai pedir a prorrogação por mais cinco dias das prisões temporárias. Os dois presos por porte ilegal de arma durante a operação pagaram fiança e foram libertados ontem. Já os sete presos por ordem judicial, em razão da invasão da fazenda, continuam detidos e foram transferidos para cadeias da região. Biazon disse que testemunhas relataram no inquérito -ainda em andamento- ter sofrido ameaças de integrantes do MST, durante as apurações, para que não revelassem informações sobre o movimento. "As prisões foram imprescindíveis para o prosseguimento das investigações por causa de ameaças sofridas por testemunhas", disse o delegado. A polícia apreendeu agendas, computadores e celulares que serão periciados. Agrotóxicos e fertilizantes apreendidos com os sem-terra podem ter sido retirados da Cutrale.

SETE QUE TIVERAM PRISÃO DECRETADA HÁ 2 MESES ESTÃO FORAGIDOS – Folha de São Paulo – Brasil – 28/01/2010

A Polícia Civil do Pará procura há dois meses sete sem-terra que tiveram prisão decretada por suposta participação em atos de violência. Uma das acusações é a de depredar uma área da Agropecuária Santa Bárbara, cujo sócio é Daniel Dantas. O MST acusa a Justiça de não decidir sobre o processo em que o Estado reivindica a propriedade da fazenda.

Quase a totalidade dos resgatados em situação de trabalho escravo estão no campo – sítio eletrônico da CONTAG – 29/11/2010

29/01/2010

Dados do Ministério Público do Trabalho (MPT) mostram que o trabalho escravo ainda é uma atividade comum no campo brasileiro. Segundo o MPT, em 2009 foram resgatados 3.571 homens e mulheres em situação análogas à escravidão, sendo que quase a totalidade eram trabalhadores e trabalhadoras rurais. De acordo com o Procurador Regional do Trabalho, Sebastião Caixeta, a maioria desses trabalhadores está nos setores de pecuária, de cítricos e sucroalcooleiro. O estado com maior número de trabalhadores resgatados foi o Rio de Janeiro, seguido por Pernambuco.

Os dados foram divulgados um dia antes da data em que é comemorado do Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo, o 28 de janeiro. Na ocasião, organizações de sociedade civil ligadas aos direitos humanos pediram a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 438/2001, que institui o confisco das propriedades onde for encontrado trabalho escravo e destiná-las à reforma agrária. Segundo o secretário de Assalariados da Contag, Antonio Lucas, "a prática do trabalho escravo só será extinta quando o assunto for realmente tratado como crime". Para o secretário, não basta apenas punir os responsáveis com multa.

O Sindicato Nacional de Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait) também fez um ato público em frente ao Supremo Tribunal Federal (STF) para pedir agilidade ao julgamento do processo contra os acusados de matarem três fiscais do trabalho e um motorista em 2008 na cidade de Unaí, GO. Eles foram vítimas de uma emboscada quando fiscalizavam uma propriedade de feijão no município. Após seis anos, apenas quatro dos nove acusados estão presos e ninguém foi condenado. "Sabemos que todo ser humano tem direito a defesa, mas estamos clamando para que haja o julgamento", diz a presidente do Sinait, Rosângela Rassy. O dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo é uma homenagem às vítimas, que morreram em 28 de janeiro de 2004.

Modalidades:

Segundo o Procurador Regional do Trabalho, Sebastião Caixeta, existem quatro formas de trabalho escravo contemporâneo. "As formas clássicas são o trabalho forçado, que é aquele em que há vigilância ostensiva e retenção de documento e a servidão por dívida, em que o trabalhador é enredado em um endividamento que começa com o próprio recrutamento e transporte e agravado com a compra inclusive de equipamentos para o exercício do trabalho a preços superiores ao de mercado", explica.

Também é considerada atividade de escravidão contemporânea as jornadas exaustivas, que traz prejuízos à saúde do trabalhador e as condições degradantes de trabalho, a mais comum. "A gente constata com frequência propriedades em que os trabalhadores não tem alojamento adequado, não se respeita as regras mínimas de saúde e segurança e é negado a ele ate mesmo alimentação suficiente e água potável", diz o procurador.

Previna-se:

Segundo Sebastião caixeta os trabalhadores e trabalhadoras devem ficar atentos às contratações por meio de intermediários. "É sempre melhor fazer a negociação com os tomadores de serviço da fazenda". Ele diz ainda que é importante saber quem são os proprietários da fazenda, o local onde se vai trabalhar e avisar parentes sobre o local e as condições do trabalho. Havendo suspeita de irregularidades, o trabalhador deve avisar o Ministério Público do Trabalho, a Superintendência Regional do Trabalho ou o sindicato da categoria.

Fonte: Iara Balduino, Agência Contag de Notícias

MST nas malhas da lei – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 29/01/2010

Se o Movimento dos Sem-Terra (MST) viesse sendo considerado pelas autoridades, já há muito tempo, um caso de polícia, dada a sucessão rotineira de crimes praticados em suas operações – que vão desde a depredação de bens e matança de animais em propriedades invadidas, até a destruição de laboratórios de pesquisas necessárias aos avanços da atividade agrícola, sem esquecer o cárcere privado de trabalhadores das fazendas –, com certeza se teria evitado não só a repetição de tais crimes, como a grande insegurança que se instalou entre os produtores do campo, todos sob a permanente ameaça de ver suas propriedades invadidas por bandidos travestidos de militantes de movimentos sociais. De qualquer forma, nunca é tarde para fazer-se cumprir a lei.

Cumprindo 20 mandados de prisão e outros 30 de busca e apreensão, expedidos pelo juiz Mário Ramos dos Santos, da 1ª Vara Criminal de Lençóis Paulista, a Polícia Civil de São Paulo prendeu, na terça-feira, nove pessoas ligadas ao MST, nos municípios de Iaras e Borebi, no interior do Estado, como parte da Operação Laranja, desencadeada em decorrência das investigações que apuraram e apontaram os responsáveis pela invasão da Fazenda Cutrale, em Borebi, em outubro do ano passado.

A população brasileira pôde assistir, pelos telejornais, à brutalidade da destruição das plantações de laranja daquela fazenda, assim como a destruição vandálica de equipamentos.

Comprovou-se, porém, que além da destruição os militantes emessetistas haviam praticado roubo de ferramentas, defensivos agrícolas, fertilizantes, documentos, aparelhos eletrônicos – agindo como as quadrilhas comuns, levando os produtos roubados para suas casas. Entre os detidos estão o ex-prefeito de Iaras Edílson Granjeiro Xavier, filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT), a vereadora – também petista – Rosemeire Pandarco de Almeida Serpa e seu marido, Miguel Serpa, um dos líderes do MST na região da fazenda da Cutrale.

De acordo com o delegado Roberval Antonio Fabbro, assistente da Delegacia Seccional de Bauru, onde está centralizada a operação, os militantes emessetistas são acusados de formação de quadrilha, furto, dano qualificado e esbulho possessório. Com a mobilização de 150 policiais a Operação Laranja continuará, como informa o delegado. Apesar de todos terem o direito de se defender, parece até cômica a “nota” em que a direção estadual do MST acusa os policiais de “promoverem o terror em algumas comunidades”. De quem será a principal paternidade do terror no campo, em

praticamente todas as regiões do território brasileiro, sob o pretexto – na verdade já nem mais utilizado – de obter do governo aceleração do programa de reforma agrária?

Na verdade os movimentos agrupados sob a bandeira do MST colocam-se sistematicamente à margem da lei, quando se recusam a assumir personalidade jurídica legal – isentando-se, assim, de fiscalização oficial –, e frontalmente contra a lei, quando praticam crimes e recorrem à violência, em suas operações de invasão sobejamente noticiadas.

Mas apesar disso essas entidades continuam recebendo apoio e polpudos subsídios do governo, por meio de repasses de verbas públicas a associações organizadas, geralmente cooperativas a elas ligadas. Todos se lembram da famosa cena em que o presidente Lula, já no início de seu primeiro mandato, colocou na cabeça um boné do MST. De lá para cá – até a prisão de um ex-prefeito e de uma vereadora petista – estreitas têm sido as ligações de integrantes dos movimentos dos sem-terra com setores do governo.

Ninguém mais duvida do íntimo relacionamento entre militantes do MST e o pessoal administrativo (e político) o Incra, para cuja escolha dos superintendentes regionais a influência do MST tem sido decisiva. Apesar disso, os movimentos dos sem-terra só têm deixado de pressionar o governo Lula em épocas eleitorais. E a razão disso é óbvia: embora alardeando que o governo tem sido excessivamente lento na execução do programa de reforma agrária, certamente os líderes emessetistas não desejam colocar em risco seu status de “companheiros”.

Cutrale diz que é seu o material apreendido com sem-terra – Maurício Simionato –
folha de São Paulo – Brasil – 29/01/2010

A Cutrale identificou como sendo da empresa os fertilizantes, defensivos agrícolas, furadeiras e galões de lubrificante apreendidos pela Polícia Civil com pessoas ligadas ao MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) em ação policial realizada na terça-feira, na região de Iaras (SP). Na ação, batizada de Operação Laranja, foram expedidos 20 mandados de prisão para suspeitos de envolvimento em invasão e depredação da fazenda da Cutrale ocorridas entre setembro e outubro do ano passado. Foram presos nove sem-terra, sendo dois em flagrante por porte ilegal de armas. Segundo o delegado de Agudos (SP), responsável pelo inquérito, Jader Biazon, o material apreendido na operação em assentamentos e na casa de alguns dos presos foi identificado por meio de números de lotes por um representante da Cutrale, na noite de anteontem.

Os dois presos em flagrante pagaram fiança e deixaram a cadeia. Já os sete presos por suspeita de participação na invasão continuam detidos. Outros 13 sem-terra são considerados foragidos.

Gilmar Mauro, um dos coordenadores do MST, disse não acreditar que o material apreendido tenha sido furtado pelos sem-terra. "Precisa ver se isso é verdade ou não", afirmou. Ontem, durante o Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, o líder do MST, João Pedro Stedile, disse que a operação da Polícia Civil teve "motivação política". Segundo ele, a ação foi estimulada pela proximidade da reabertura dos trabalhos do Congresso, onde está em curso uma CPI que investiga as atividades do MST.

Stedile também chamou Jader Biazon de "pau mandado do governo". Invocando o "passado de esquerda" do governador José Serra (PSDB-SP), ele disse que São Paulo não vai resolver o problema dos sem-terra com o uso da polícia. O dirigente afirmou ainda que movimentos sociais farão campanha contra sucos da Coca-Cola, principal compradora da Cutrale, porque eles têm "gosto de injustiça e repressão". Em resposta à fala de Stedile, Biazon disse que seu trabalho é baseado "na lei" e que não é influenciado pela política. Ele afirmou que vai tomar conhecimento das declarações oficialmente para depois decidir quais providências irá tomar. Colaborou **GRACILIANO ROCHA**, da Agência Folha, em Porto Alegre

Líder do MST que incitou destruição em SP negociou convênios de R\$ 222 mil Incra, que deu o dinheiro, não aprovou prestação de contas de Serpa – O Globo – Nacional – 29/01/2009

SÃO PAULO e PORTO ALEGRE.

Miguel Serpa, um dos nove presos sob a acusação de comandar a invasão e depredação de uma fazenda da Cutrale, em outubro de 2009, em Iaras (SP), negociou em 2007 dois convênios no valor de R\$ 222 mil com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

De acordo com informação da ONG Contas Abertas, Serpa, que é um dos líderes do Movimento dos Sem Terra (MST) na região de Bauru, era presidente na época da Associação Regional de Cooperação Agrícola para Reforma (Acar).

Foram dois convênios com o objetivo em contrato de implementar “ações com intervenção de máquinas agrícolas para erradicar as soqueiras (raízes que sobram dentro e fora da terra) de cana de açúcar em 300 hectares de terra”. No primeiro, de R\$ 180 mil, o Incra não aprovou a prestação de contas apresentada pela Acar, que, então, passou a ser considerada inadimplente.

Além dos R\$ 222 mil do Incra, a Acar recebeu ainda outros R\$ 70 mil da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), órgão vinculado ao Ministério da Agricultura.

Em vídeo distribuído pela polícia, Serpa aparece convocando militantes a ocupar e causar “pelo menos prejuízo” à empresa.

Além dele, também estão presos o ex-prefeito de Iaras Edilson Xavier e a vereadora Rosimeire Serpa, ambos do PT.

Rosimeire é mulher de Serpa.

A Polícia Civil de Bauru vai usar quatro vídeos diferentes apreendidos com militantes do MST para identificar os participantes da invasão e depredação da fazenda da Cutrale. De acordo com o delegado Benedito Valencise, as imagens foram gravadas durante os preparativos para a invasão e durante a ação.

Os vídeos, apreendidos durante a Operação Laranja, foram encaminhados ontem ao Instituto de Criminalística, para a degravação do conteúdo.

Em Porto Alegre, João Pedro Stédile, coordenador nacional do MST, disse que “ocupar terra pública não é crime, é dever”.

Ele disse que a Polícia Civil de São Paulo agiu por motivações políticas. Stédile prometeu uma campanha contra a Cutrale: — A Polícia de São Paulo está exagerando por motivação política.

Quem disse que é crime derrubar 242 pés de laranjas, que a TV Globo transformou em 7 mil? Os companheiros derrubaram aqueles pés de laranja para denunciar que a Cutrale está em terra pública que tem escritura em nome da União

Três sem-terra são presos em SC acusados de planejar invasões – Folha de São Paulo – Brasil – 30/01/2010

DA AGÊNCIA FOLHA

O líder do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) em Santa Catarina, Altair Lavratti, e mais duas pessoas ligadas ao movimento foram presos ontem e anteontem sob a acusação de planejar invasões em Imbituba, no litoral do Estado. Um quarto suspeito está foragido. Segundo o Ministério Público e a Polícia Militar, os sem-terra pretendiam invadir terrenos da Zona de Processamento de Exportação da cidade e do BNDES. A ação ocorreu na mesma semana em que nove pessoas foram presas no interior de São Paulo por suspeita de envolvimento na depredação de fazenda da multinacional Cutrale em 2009.

A promotora Nádea Bissoli, que pediu as prisões em Santa Catarina, disse que escutas telefônicas e informações de agentes infiltrados desde dezembro justificaram as detenções.

De acordo com Bissoli, os três presos praticaram formação de quadrilha e incitação à violência e poderiam ter causado dano, lesão corporal e prejuízo ao ambiente. As investigações apontaram que as invasões ocorreriam amanhã. Segundo a Promotoria, foram prometidos cinco hectares de terra a cada uma das 160 famílias que participariam das ações.

Em nota, o MST negou qualquer crime ou intenção de invadir terras em Imbituba e afirmou que a reunião em que seu líder estadual foi preso discutia o despejo de famílias da cidade.

(RODRIGO VIZEU)

Invasor do MST recebeu R\$ 13 milhões do INCRA – O Globo – Nacional – 30/01/2010

Serpa, que destruiu laranjal em SP, fez convênios, mas assentados dizem que nada saiu do papel

SÃO PAULO. Miguel Serpa, um dos nove presos pela Polícia Civil de São Paulo sob acusação de comandar a invasão e depredação de uma fazenda da Cutrale em Iaras, (SP) em outubro de 2009, negociou outros convênios com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Um dos compromissos, assinado em 2007, tinha o valor de R\$ 13,4 milhões, segundo reportagem exibida ontem pelo “Jornal Nacional”, da TV Globo.

Na quinta-feira, já havia sido divulgada a existência de dois convênios com o Incra de R\$ 222 mil de uma associação presidida por Serpa.

Pelo convênio de R\$ 13,4 milhões, caberia à Cooperativa de Comercialização e Prestação de Serviços dos Assentados da Reforma Agrária de Iaras e Região (Cocafi, presidida por Serpa) realizar extração de madeira e, com o dinheiro arrecadado, fazer melhorias em assentamento do Movimento dos Sem Terra (MST), como perfuração de poços, abertura de estradas, preparação do solo para o plantio e implantação de uma agroindústria.

Mas assentados, de acordo com a reportagem, dizem que nada foi feito.

Há também acusações de ameaças feitas por líderes do MST contra quem questiona o fato de as melhorias não terem sido executadas .

— Vivemos sob ameaça constante — disse a advogada Fernanda Mariano, que faz parte de uma associação que representa 400 assentados.

As condições do assentamento contrastam, porém, com o lote que pertence a Serpa, e cuja imagem foi exibida pelo “Jornal Nacional”. A casa é de alvenaria, tem varanda, é rodeada por gramado e possui espaço para churrasqueira.

O Ministério Público Federal entrou com ação contra o Incra e a cooperativa por causa do convênio. A Justiça concedeu liminar bloqueando as contas da entidade presidida por Serpa.

— Se tem uma coisa errada, que se pague por isso.

Mas não é função do Incra ir atrás. O governo tem outros órgãos para fiscalizar — afirmou Raimundo Pires Silva, superintendente do Incra em São Paulo.

O órgão informou que a venda da madeira rendeu R\$ 1,5 milhão à cooperativa. Serpa está preso. Seu advogado não foi localizado

MST e CUT Vão intensificar ações até junho – Tiago Décimo – Estado de São Paulo – Nacional – 31/01/2010

Representantes do Movimento dos Sem-Terra (MST) e da Central Única dos Trabalhadores (CUT) avisaram, durante o Fórum Social Mundial Temático Bahia, em Salvador, que vão promover uma série de mobilizações pelo País, de greves a grandes ocupações, ainda no primeiro semestre. Mas vão desacelerar as ações no segundo semestre para não prejudicar os partidos aliados, como PT, PSOL e PSTU, nas eleições.

“Por ser um ano de eleições, tudo o que a gente faria no ano inteiro vai ter de ser feito nos primeiros cinco ou seis meses”, informa o dirigente nacional do MST, João Paulo Rodrigues.

“Além disso, é o último ano do governo Lula, que é um governo democrático, mas está deixando para trás promessas que não foram cumpridas.”

Rodrigues destaca também que o movimento planeja fazer campanha grande contra a criminalização dos movimentos sociais. “Nós achamos que vamos ser vítimas de um processo eleitoral e a forma de nos vitimarmos vai ser criminalizando nossa luta, como fizeram em Iaras”, diz, referindo-se à operação da Polícia Civil que, na semana passada, prendeu integrantes e pessoas ligadas ao MST por causa da invasão, em outubro, da Fazenda Cutrale, em Borebi (SP).

Outro tema também foi comum nos encontros e debates promovidos nos dois primeiros dias do fórum na capital baiana: a pressão. Para centrais sindicais e movimentos sociais representados nas mais de cem atividades desenvolvidas no evento, existe um consenso de que o último ano de Lula precisa ser de pressão para aprovar reformas sociais.

A ideia geral é que a eleição tende a ser acirrada e os partidos considerados aliados pelos movimentos sociais podem sair derrotados das urnas. Nessa hipótese, consideram, seria mais difícil manter diálogo com o governo federal. “A gente precisa sair da conversa retórica para ir para a prática”, complementa o presidente da CUT, Arthur Henrique.

A pressa em ver aprovadas mudanças sociais mais profundas relacionadas ao governo federal contagia, também, membros do próprio executivo nacional.

O secretário Nacional de Economia Solidária, do Ministério do Trabalho, Paul Singer, foi o primeiro a manifestar as ideias explicitamente durante o fórum, na última sexta-feira, ao defender a nacionalização de instituições financeiras durante a mesa OSul-Sul como Alternativa. Ontem, foi a vez do ministro do Desenvolvimento Social, Patrus Ananias, declarar que toda propriedade privada precisa ter “função social”.

Nos dois casos, a plateia – formada majoritariamente por integrantes de movimentos sociais – aplaudiu.

“Ninguém discute o direito de propriedade, mas está na hora de cobrar a função social da propriedade, para ampliar o número de proprietários do País”, defende o ministro.

“Isso tem relação com reforma agrária, com melhores condições de vida e de trabalho para a população.

Não podemos aceitar que o direito à propriedade seja maior que o direito à vida e à dignidade humana.”

Para Ananias, o mesmo raciocínio vale para o lucro.

“Ninguém duvida que o lucro seja importante, mas ele não pode ser demasiado, não pode ser superior ao bem comum”, avalia. “E isso entra na questão da cobrança de impostos: temos de lutar para que quem tem mais pague mais, quem tem menos pague menos e quem não tem nada não pague nada, para que mais tarde também possa contribuir com a sociedade.

Estamos vivendo, no País, um processo de ‘desprivatização’ do Estado.”

Para o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, as reivindicações de todos os setores são legítimas e merecem ser discutidas.

“Não temos receio da conversa com os movimentos sociais”, afirma.

“Além disso, o presidente Lula nos determinou para, no começo deste ano, apresentar ao Congresso uma proposta de consolidação dos avanços sociais, para que, em forma delei, eles não possam ser mudados por nenhum outro governo.”

O fórum, que reuniu 10 mil pessoas nos dois primeiros dias, termina hoje.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores
Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Lauro Mattei, Ademir A. Cazella e Claudia Job Schmitt

Assistentes de Pesquisa
Karina Kato, Silvia Zimmermann, Catia Grisa e Valdemar João Wesz Junior

Secretária
Diva de Faria

oppa Observatório de Políticas
Públicas para a Agricultura

cpda Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214
Fax: 21 2224 8577 – r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa

Apoio



actionaid



NEAD

Ministério do
Desenvolvimento Agrário

